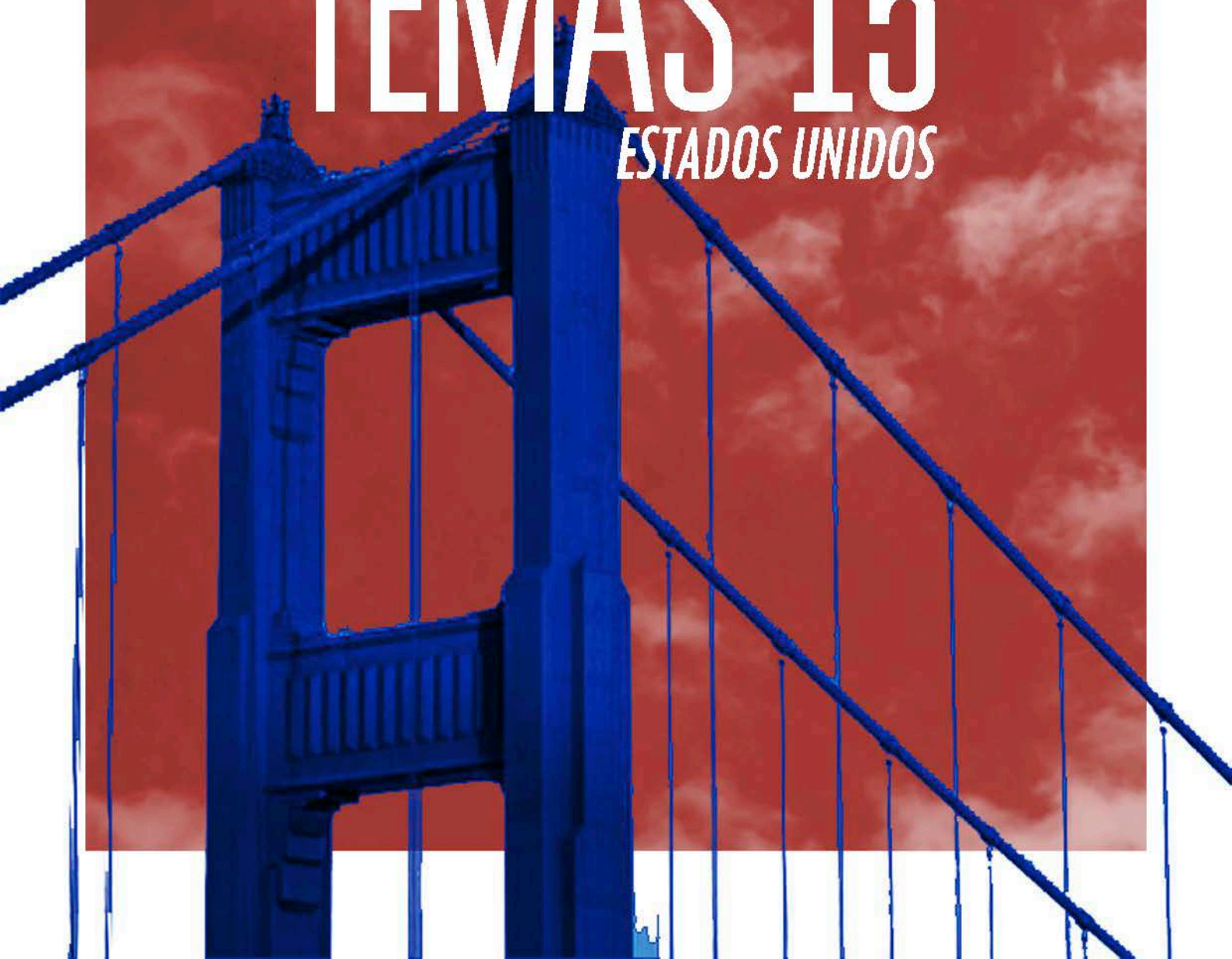




COOPERAÇÃO ECONÔMICA ÁSIA-PACÍFICO

TEMAS 15

ESTADOS UNIDOS





TEMAS
SIMULAÇÕES TEMÁTICAS

ANA LUÍSA ROCKENBACH

KELLY CRISTINE

MARCO ANTÔNIO ALMEIDA

ANNA JÚLIA FERREIRA

PEDRO BAHIA

FERNANDA GUIMARÃES

REVISÃO:

FERNANDA GUIMARÃES

DIAGRAMAÇÃO:

EDUARDO MACHADO

NICOLLY CAMPOS

ARTE:

MARINA SOUTO



SUMÁRIO

1. COOPERAÇÃO ECONÔMICA ÁSIA-PACÍFICO (APEC)	3
1.1 Histórico do comitê	3
1.2 Estrutura e Capacidades da APEC	6
1.3 Metas de Bogor	9
1.4 Declaração de Port Moresby	10
2. INTEGRAÇÃO REGIONAL NO SUDESTE ASIÁTICO E ZONA DO PACÍFICO	13
2.1 Regionalismo aberto na região Ásia-Pacífico	19
3. ASSOCIAÇÃO DAS NAÇÕES DO SUDESTE ASIÁTICO (ASEAN)	21
3.1. Acordo de Livre comércio entre os países membros da ASEAN	22
4. PARCERIA ECONÔMICA REGIONAL ABRANGENTE (RCEP)	25
5. ACORDO DA PARCERIA TRANSPACÍFICA (TPP)	27
5.1 Estados Unidos e China: disputas comerciais e hegemônicas na região	31
6. ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	35
6.1 Defesa da Propriedade Intelectual	35
6.2 A Valorização da Cadeia de Suprimentos Global na Região do Pacífico	39
8. POSICIONAMENTO DAS REPRESENTAÇÕES	46
8.1. Austrália	46
8.2. Banco de Desenvolvimento Asiático (BDA)	46
8.3. Brunei Darussalam	47
8.4. Canadá	48
8.5. Conselho Consultivo de Negócios da APEC (ABAC)	48
8.6. Conselho Consultivo de Negócios da ASEAN (ASEAN-BAC)	49
8.7. Chile	49
8.8. China	50
8.9. Coreia do Sul	50
8.10. Estados Unidos da América	51
8.11. Filipinas	52
8.12. Hong Kong	52
8.13. Indonésia	53
8.15. Malásia	54
8.16. México	55

8.17. Nova Zelândia	55
8.18. Papua Nova Guiné	56
8.19. Peru	56
8.20. Rússia	57
8.21. Singapura	57
8.22. Taiwan	58
8.23. Tailândia	59
8.24. Vietnã	60
9. QUESTÕES PARA PONDERAÇÃO	61
REFERÊNCIAS	62

1. COOPERAÇÃO ECONÔMICA ÁSIA-PACÍFICO (APEC)

Em um mundo que está se tornando cada vez mais global, os Estados buscam processos de integração regional com o objetivo de melhorar a alocação dos fatores de produção e dos recursos disponíveis; diminuir os custos de produção e melhorar a qualidade dos bens produzidos; obter ganhos em economia de escala; e melhorar a capacidade de inserção no cenário internacional (CELLI, 2006 *apud* PREDEBON; BULGACOV, 2011). Dessa forma, o bloco de Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico (APEC) representa uma conquista importante da cooperação regional. Os sucessos da APEC¹ resultam de sua natureza informal e amorfa, e refletem o fato de que o bloco constitui um processo de cooperação, em vez de uma instituição. Estabelecido em 1989, o bloco roga pelo desenvolvimento da interdependência regional. Por meio do diálogo, as economias-membros buscam o crescimento econômico sustentável e inclusivo, além de promover a integração na Ásia-Pacífico (APEC, 2018).

1.1 Histórico do comitê

A APEC nasceu da necessidade de promover e desenvolver o crescimento econômico e o aumento dos mercados na região. Atualmente, composta por 21 economias-membros (Austrália, Brunei, Canadá, Chile, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, Filipinas, Hong Kong, Indonésia, Japão, Malásia, México, Nova Zelândia, Papua Nova Guiné, Peru, Rússia, Singapura, Taiwan, Tailândia e Vietnã), a APEC é diferente de qualquer outro bloco regional. Não há acordo formal ou tratado vinculativo para os seus membros; e não há poderes normativos, interpretativos, de execução ou de adjudicação. Assim, por não haver formalização de um acordo vinculante, a APEC não produz resoluções de caráter vinculante para seus membros e isso faz com que não existam obrigações jurídicas já impostas entre os estados-parte da APEC ou entre o estado e o Bloco Econômico (BURANAKANITS; CARDENAS, 1999).

¹ Pode-se destacar avanços na área de fortalecimento do sistema de comércio multilateral e aberto. Por exemplo, a APEC estabeleceu-se como um fórum em que uma ampla gama de pessoas - líderes, executivos de negócios, funcionários do governo, acadêmicos e outros - se reúnem regularmente para debater e solucionar problemas. Além disso, a APEC atuou como fomentadora de ideias na região; as Metas de Bogor serviram como um farol para o futuro, com implicações para todas a comunidade regional (MCKAY, 2002).

Os membros da APEC são diversos em quase todos os aspectos relativos ao desenvolvimento econômico, sistema político, crença religiosa, origem étnica e linguagem. Essa diversidade pode representar um empecilho para a transformação da APEC em um agrupamento mais formalizado². Enquanto os membros concordam em um objetivo comum – de promover o regionalismo aberto³ –, há discordância quanto aos meios para atingir esse objetivo (BURANAKANITS; CARDENAS, 1999).

A APEC surgiu principalmente em resposta a desenvolvimentos econômicos regionais e globais que podem ser atribuídos a quatro fatores distintos e complementares. O primeiro fator, como afirmado anteriormente, foi uma reação frente às realidades econômicas. O crescente comércio e investimento na região da Ásia-Pacífico, e a integração econômica regional são desdobramentos dessa realidade. Ao longo da década de 1980, as economias dos membros asiáticos da

Tabela 1

Produto Interno Bruto (PIB)*

PAÍS	PERÍODOS	
	1965-80	1980-89
◆ Japão	6,6	4,0
◆ Estados Unidos	2,7	3,3
◆ Canadá	5,1	3,3
◆ Austrália	4,0	3,5
◆ Nova Zelândia	2,4	2,2
◆ Singapura	10,0	6,1
◆ Hong Kong	8,6	7,1
◆ Taiwan	9,7	8,1
◆ Coreia do Sul	9,9	9,7
◆ Malásia	7,4	4,9
◆ Tailândia	7,3	7,0
◆ Filipinas	5,9	0,7
◆ Indonésia	7,0	5,3
◆ China	6,9	9,7

* Taxas médias anuais em cada período.
 Fonte: World Development Report 1991; Asian Development Outlook 1990, ADB. Tabela adaptada de Hirata (ref. 085).

2 As organizações formais têm suas próprias regras e regulamentos que devem ser seguidas pelos membros. Uma organização formal tem um sistema de coordenação e de autoridade; tem um claro relacionamento superior-subordinado; os objetivos são específicos e bem definidos; e todos os membros recebem deveres e responsabilidades específicos. Contrário a esse modelo, uma organização informal não possui suas próprias regras e regulamentos; não têm sistema de coordenação e autoridade; não possui nenhum relacionamento superior-subordinado ou objetivos específicos e bem definidos (SONEYE, 2014).

3 Esse conceito representa um esforço para se alcançar os benefícios da liberalização regional, sem comprometer o sistema global de comércio. O “regionalismo aberto” procura assegurar que os acordos regionais sejam, na prática, blocos de construção para uma liberalização global em vez de obstáculos que detenham tal progresso (BERGSTEN, 1997).

APEC cresceram a taxas substancialmente superiores à da América do Norte, conforme exemplificado na tabela a seguir.

A partir de 1986, o comércio e o investimento intra regional passaram a representar a dimensão que mais cresce no comércio da Ásia (JANOW, 1997).

O segundo fator que contribuiu para a formação da APEC, e que continua a dominar as discussões das reuniões, é o interesse compartilhado em manter um regime comercial internacional aberto. Os membros desenvolvidos e em desenvolvimento foram os principais beneficiários do sistema de comércio aberto, uma vez que a maioria dos países são economias orientadas para a exportação. Portanto, a importância do acesso aos mercados mundiais tem sido uma pauta recorrente das economias membros da APEC (JANOW, 1997).

Os arranjos comerciais regionais emergentes em outras partes do mundo são caracterizados como o terceiro fator que influenciou no surgimento da APEC. Inicialmente, o fórum era visto como uma alternativa necessária caso os demais acordos regionais se transformassem em blocos comerciais voltados para as economias membros. Na prática, não foi coincidência que depois de muitos anos de discussão sobre o valor de promover a iniciativa Ásia-Pacífico a fim de facilitar a cooperação regional, a APEC se formou no momento em que as negociações do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA)⁴ estavam em andamento, havia preocupações sobre as consequências potencialmente excludentes do *EC-92*⁵, além de existir possibilidade distinta de que a Rodada Uruguai⁶ fracassasse (JANOW, 1997).

4 O NAFTA, acordo que entrou em vigor em 1994, reformulou as relações econômicas norte-americanas, impulsionando uma integração sem precedentes entre as economias desenvolvidas do Canadá e dos Estados Unidos e a economia em desenvolvimento do México. Os termos do NAFTA previam a eliminação da maioria das tarifas sobre produtos comercializados. Alguns dos principais focos foram a liberalização do comércio na agricultura, nos têxteis e na fabricação de automóveis. Além disso, o acordo também buscava proteger a propriedade intelectual, estabelecer mecanismos de resolução de disputas e implementar salvaguardas trabalhistas e ambientais (CRF, 2018).

5 O plano da Comunidade Econômica Europeia de criar, até o ano de 1992, um mercado único que permitiria o livre fluxo de bens, capital e pessoas entre os países membros.

6 A Rodada Uruguai foi a última reunião de países para a discussão das diretrizes do comércio internacional em favor do GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade*) e de se criar a Organização Mundial do Comércio. Mais informações sobre a rodada podem ser encontradas em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141995000100016.

Por fim, o quarto fator que dominou a atenção dos membros da APEC foi a preocupação com o crescente número de disputas comerciais⁷, especialmente entre os Estados Unidos, o Japão e a China. É possível observar uma dificuldade desde a formação do bloco de estabelecer meios para a integração regional sem que haja sobreposição dos interesses dos países, ou seja, sem haver prioridade para determinado país nesta situação. Assim, esses fatores convergiram para que, em 1989, com 12 economias, agora totalizando 21, o fórum de Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico fosse estabelecido, reconhecendo o ritmo de implementação para diferentes níveis de desenvolvimento econômico (JANOW, 1997).

Em quase trinta anos de atividade, a APEC se tornou um motor dinâmico econômico dos Estados-membros e um dos fóruns de cooperação mais importantes na região da Ásia-Pacífico, com aumento das transações comerciais neste período de mais de sete vezes entre os membros da APEC, enquanto o crescimento mundial foi de cerca de cinco vezes. Além disso, a tarifa média para a importação de produtos e serviços na APEC diminuiu de 17% em 1989 para 5,2% em 2012. Nos anos 1989-2013, o crescimento real do PIB⁸ para as economias membros foi positivo e alcançou aproximadamente 2,9% ao ano. O crescimento anual no mundo foi de aproximadamente 2,3%. Ainda no que tange ao PIB, a participação da APEC no PIB global, que é medido a partir da soma do produto interno bruto nacional de todos os países do mundo, tem flutuado ao longo dos anos, atingindo o valor mais baixo em 1990 (52%) e o nível mais alto (62%) em 2000. Nos últimos anos, a participação no PIB global vem se moldando em cerca de 58% (APEC, 2015 *apud* DREWS, 2015).

1.2 Estrutura e Capacidades da APEC

A APEC é uma organização informal com uma secretaria estabelecida em Singapura. O fórum opera em vários níveis: Líderes, Ministros, Altos Funcionários,

7 Uma guerra comercial começa quando uma nação tenta proteger sua indústria doméstica e criar empregos, por meio da imposição de tarifas ou de quotas sobre importação, enquanto países estrangeiros retaliam com formas semelhantes de protecionismo comercial. À medida que essas disputas aumentam, pode-se ter como consequência a redução do comércio internacional (THE BALANCE, 2019). A disputa comercial entre Estados Unidos e China será retratada com mais detalhes posteriormente no presente Guia de Estudos.

8 Crescimento anual do PIB ajustado pela inflação e expresso em porcentagem. As taxas de crescimento são ano a ano e não agravadas.

comitês e grupos de trabalho⁹, onde estes dois últimos fornecem recomendações de políticas estratégicas para os demais, em uma estrutura baseada na abordagem “*bottom-up*” e “*top-down*”¹⁰. Os grupos de trabalho são também encarregados de implementar essas iniciativas através de projetos financiados pela APEC. A presidência é alternada anualmente e a economia membro que preside a organização hospeda as Reuniões Ministeriais e de Líderes (APEC, 2018).

A Reunião dos Líderes Econômicos (AELM)¹¹ ocorre anualmente e é responsável por definir a agenda das políticas para a APEC. Os líderes analisam propostas e recomendações das Reuniões de Altos Funcionários (SOM)¹², das Reuniões Ministeriais Setoriais (SMM)¹³, do Conselho Consultivo de Negócios da APEC¹⁴ e das Reuniões de Ministros (AMM)¹⁵, e emitem Declarações de Líderes sobre as direções futuras de desenvolvimento para os próximos anos (APEC, 2018).

A Reunião de Ministros da APEC (AMM) é um encontro conjunto dos Ministros de Relações Exteriores e dos Ministros Responsáveis pelo Comércio das economias membros. A reunião acontece antes da Reunião de Líderes. Os Ministros são responsáveis pela avaliação das ações realizadas pela APEC no presente ano, endossam recomendações das Reuniões de Altos Funcionários e relatam à AELM para consideração e aprovação. Ademais, as Reuniões de Ministros Setoriais (SMM) discutem questões de política e cooperação que abrangem áreas de educação, energia, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, desenvolvimento de recursos humanos, cooperação regional em ciência e tecnologia, pequenas e médias empresas, telecomunicações e informação, turismo, comércio, finanças, transporte e pautas da mulher (APEC, 2018).

9 O organograma formal em inglês da APEC pode ser acessado em: <https://www.apec.org/About-Us/How-APEC-Operates/Structure>.

10 O Modelo *Top-Down* tem como ponto de partida a asserção de que a implementação de uma política se inicia com uma decisão central, a qual define os objetivos determinados pelas lideranças e os meios a serem mobilizados a fim de produzir os resultados pretendidos. No Modelo *Bottom-Up*, os diversos atores distribuídos na base que formatam a política, por meio de negociações de redes de atores de uma área temática, que é encaminhada para os patamares mais centrais e mais altos na estrutura (RUA; ROMANINI, 2013).

11 APEC Economic Leaders' Meeting (AELM)

12 Senior Officials' Meeting (SOM)

13 Sectoral Ministers' Meeting (SMM)

14 APEC Business Advisory Council

15 APEC Ministerial Meeting (AMM)

É possível destacar que a Reunião de Altos Funcionários (SOM) apresenta propostas aos Ministros e implementa políticas elaboradas nas Reuniões Ministeriais. A SOM supervisiona e coordena o orçamento e os programas de trabalho do fórum para implementar declarações e diretrizes pelos Líderes e Ministros da APEC. A SOM é realizada antes das Reuniões Ministeriais para que estas sejam preparadas (APEC, 2018).

Nesse sentido, a APEC funciona como um fórum econômico e comercial multilateral e cooperativo. As economias membros participam com base no diálogo aberto e no respeito pelas opiniões de todos os participantes. Na APEC, todas as economias têm uma palavra igual e a tomada de decisão é alcançada por consenso. Não há compromissos vinculativos ou obrigações de tratados. Os compromissos são assumidos voluntariamente e os projetos de capacitação ajudam os membros a implementar as iniciativas da APEC (APEC, 2018).

Os objetivos são implementados através de três áreas de trabalho: liberalização do comércio e do investimento; facilitação de negócios; e cooperação econômica e técnica. Essas também são conhecidas como os pilares da agenda da APEC. A liberalização do comércio e do investimento como primeiro pilar se concentra na abertura de mercado e na integração da região, por meio da redução de barreiras tarifárias e não-tarifárias¹⁶ ao comércio e ao investimento que aumentam a geração de empregos e a renda. O segundo, facilitação de negócios, visa reduzir os custos e melhorar o comércio entre as economias, além de proporcionar novas oportunidades para pequenas empresas, mulheres e jovens. E o terceiro, cooperação econômica e técnica, permite que as empresas aproveitem o comércio global de maneira sustentável. As prioridades incluem o fortalecimento do combate à corrupção, educação transfronteiriça e treinamento de habilidades, preparação para emergências, segurança energética, proteção ambiental, defesa contra pandemias e desenvolvimento de infraestrutura, entre outros (APEC, 2018).

16 Barreiras tarifárias são aquelas que restringem ou distorcem o comércio por meio de impostos ou quotas tarifárias, aplicáveis na importação ou na exportação de mercadorias. Barreiras não tarifárias podem ser descritas como qualquer restrição ao comércio que seja distinta das barreiras tarifárias, são elas: restrições quantitativas; regulamentos técnicos; regulamento sanitário e fitossanitário; padrões privados/normas voluntárias; serviços; subsídios; propriedade intelectual; compras governamentais; e regras de origem (Rede CIN, 2011).

1.3 Metas de Bogor

Em 1994, os Líderes da APEC, reunidos em Bogor, na Indonésia, emitiram uma Declaração de Resolução Comum, a Declaração de Bogor¹⁷ que pretendia fortalecer o sistema multilateral de comércio, aumentar a liberalização e a facilitação do comércio e do investimento, e intensificar a cooperação para o desenvolvimento da Ásia-Pacífico. Na declaração, os Líderes também comprometeram a região a alcançar comércio e investimento livre e aberto, necessários para realizar plenamente o crescimento e a prosperidade da região, até o ano de 2010 para as economias industrializadas e até 2020 para as economias em desenvolvimento (APEC, 2010).

As Metas de Bogor proporcionaram à APEC uma visão clara que incentiva as economias a buscar individualmente e, por meio de medidas coordenadas, a liberalização e a facilitação do comércio e do investimento, apoiadas pela cooperação econômica e técnica. Por meio da Agenda de Ação Osaka de 1995, foram definidas quinze áreas¹⁸ específicas onde a APEC deveria priorizar suas ações. Em 1996, a APEC adotou Planos de Ação Individuais (IAPs) para acompanhar o progresso das economias em direção às Metas de Bogor (APEC, 2010).

Os diferentes níveis de desenvolvimento econômico entre as economias da APEC é motivo para a adoção de anos alvos diferentes para o cumprimento das metas. As “economias de 2010” são cinco países cujas economias estão em avançado estágio de desenvolvimento, - Austrália, Canadá, EUA, Japão e Nova Zelândia - conhecidos como “APEC5”, além daqueles que se juntaram voluntariamente - Chile, Coreia do Sul, Hong Kong, Malásia, México, Peru, Singapura e Taiwan - , referidos como “APEC8”. As demais economias devem cumprir os objetivos até 2020 (APEC, 2010).

Desde a Declaração de Bogor, em 1994, a busca das Metas de Bogor pelas economias da APEC trouxe benefícios substanciais para a região, o que reflete a crença compartilhada de que o regionalismo aberto era a chave para o crescimento

¹⁷ Em inglês, Declaration of Common Resolve (the Bogor Declaration).

<https://www.govinfo.gov/content/pkg/PPP-1994-book2/pdf/PPP-1994-book2-doc-pg2094.pdf>

¹⁸ Tarifas; medidas não tarifárias; serviços; investimento; padrões e conformidade; procedimentos aduaneiros; propriedade intelectual; regras de competição; compras governamentais; desregulamentação/reforma regulatória; implementação das obrigações da OMC, incluindo regras de origem; mediação de disputas; mobilidade de pessoas de negócios; coleta e análise de informações; e fortalecimento da infraestrutura legal econômica.

de longo prazo. O crescimento global do comércio para todas as economias da APEC superou o resto do mundo. De 1994 a 2009, o comércio de bens da APEC com o mundo aumentou a uma taxa anual de 7,1%, atingindo US\$ 11,4 trilhões em 2009. A partir de 1994, as economias de 2010 reduziram suas tarifas significativamente, com a tarifa aplicada aos bens comercializados caindo de 8,2% em 1996 para 5,4% em 2008, bem abaixo da média mundial de 10,4% (APEC, 2010).

O último relatório das Metas de Bogor da APEC¹⁹, em 2018, mostrou que foram alcançados progressos em diversas áreas. Por exemplo, as tarifas médias globais caíram; as medidas unilaterais e negociadas de liberalização dos serviços foram postas em prática; medidas para atrair investimentos estrangeiros diretos estão sendo implementadas; custo e tempo para o comércio foram reduzidos; os esforços para melhorar a qualidade dos regulamentos estão em andamento; e a rede de RTA/FTAs continuou sua expansão (APEC, 2018).

Para a APEC, o grande valor das Metas de Bogor veio do estabelecimento de um objetivo ambicioso que encorajava contínuos esforços individuais e coletivos para liberalizar e facilitar o comércio e o investimento. O progresso significativo feito pelas economias não significa que seu trabalho esteja completo, pois ainda há um caminho a ser percorrido em direção ao pleno cumprimento das Metas de Bogor. Por exemplo, as tarifas na agricultura ainda são mais altas do que as impostas aos produtos não agrícolas; surgem novas restrições unilaterais emergentes nos serviços, como nos fluxos de dados transfronteiriços; as defesas comerciais²⁰ aumentaram nos últimos anos; e há um acúmulo de preocupações comerciais específicas em áreas como medidas sanitárias e fitossanitárias (APEC, 2018).

1.4 Declaração de Port Moresby

As conferências anuais dos Chefes de Estado e de Governo das 21 economias que participam da APEC constituem um elemento estratégico para a cooperação regional. Essas reuniões são realizadas anualmente no território da economia

¹⁹ A última revisão biennial do progresso da APEC em direção às Metas de Bogor antes da Avaliação Final a ser realizada em 2020 pode ser consultada em: <https://www.apec.org/Publications/2018/11/APEC-Bogor-Goals-Progress-Report>

²⁰ O termo “defesas comerciais” é geralmente aplicado a medidas que os governos podem implementar em três casos específicos de abusos percebidos no comércio internacional de bens: dumping, medidas compensatórias e de salvaguardas (APEC, 2018).

membro que assumiu a presidência do ano e permitem um diálogo flexível e informal entre os Líderes, além de reuniões bilaterais. O próximo Encontro de Líderes Econômicos da APEC será realizado em Port Moresby, Papua Nova Guiné entre os dias 17 e 18 de novembro de 2018. Sob o tema “Aproveitar as oportunidades inclusivas, abraçando o futuro digital”, as três áreas prioritárias de Papua Nova Guiné são: (i) melhorar a conectividade, aprofundar a integração econômica regional; (ii) promover o crescimento sustentável e inclusivo; e (iii) fortalecer o crescimento inclusivo por meio de reformas estruturais (CHILE, 2012; SINGAPURA, 2018).

No dia 15 de novembro de 2018, durante a semana dos Líderes Econômicos da APEC, que se iniciou no dia 12 do mesmo mês, os Ministros se reuniram e emitiram um pronunciamento, embasados nas Reuniões dos Altos Funcionários, avaliando as atividades da APEC para fazer recomendações e considerações aos Líderes. No que tange às Metas de Bogor, reiteram “o compromisso de atingir o comércio e investimento livre e aberto na região Ásia-Pacífico, por meio de esforços coletivos e individuais” (APEC, 2018).

Em uma reunião dos Altos Funcionários, foram destacadas áreas-chave para as políticas públicas da primeira prioridade da APEC, sendo estas: FTAAP; rever os Planos de Ações Individuais para 2020; configurações pós-Bogor; e o rompimento de barreiras para a integração econômica regional (REI) através de questões de investimento em infraestrutura e conectividade (APEC, 2018). Os Ministros, em relação à primeira prioridade do ano 2018, se pronunciaram:

‘As áreas-chave para a segunda prioridade são aproveitar o crescimento nos setores de recursos naturais, promover a segurança alimentar na região e empoderar as mulheres, através de um maior investimento para que estas se qualifiquem para o mercado de trabalho, em cargos de chefia e liderança. Essas áreas visam promover a inclusão econômica e impulsionar o crescimento sustentável. Os Ministros notam que o trabalho da APEC pode apresentar um efeito positivo em todos os segmentos da população, incluindo grupos desfavorecidos, elevando os padrões de vida e tirando pessoas da pobreza. “Acolhemos com satisfação os esforços das economias nesse sentido, o que repercute fortemente na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável²¹” (APEC, 2018).

Por último, a posição dos Ministros sobre a reforma estrutural:

21 A Agenda 2030 pode ser acessada em português em:
http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/Agenda2030completoportugus12fev2016x.pdf

“Continuamos a reconhecer o papel essencial da reforma estrutural na remoção dos obstáculos estruturais e regulamentares que inibem o comércio e o investimento transfronteiriços, e na promoção de um crescimento equilibrado, inclusivo, sustentável, inovador e seguro. As reformas estruturais podem criar mercados mais abertos, eficientes, transparentes e competitivos, e aprofundar a participação nesses mercados por todos os segmentos da sociedade. Assim, reconhecemos que empreender reformas estruturais é fundamental para reduzir a desigualdade, estimular o crescimento econômico e diminuir as diferenças de gênero” (tradução livre, APEC, 2018).

2. INTEGRAÇÃO REGIONAL NO SUDESTE ASIÁTICO E ZONA DO PACÍFICO

A integração regional é concebida como o processo por meio do qual os Estados estreitam suas relações através de acordos de cooperação em áreas comuns (SCHMITTER, 2010). Os processos regionalistas na Ásia-Pacífico podem ser analisados de acordo com as lentes das diferentes ondas de regionalismo observadas, notadamente o “velho” e o “novo” regionalismo.

O “velho” regionalismo vigorou a partir do começo da Guerra Fria, no qual se destacaram os fatores econômicos e securitários para motivarem a maior cooperação e integração entre os países. Este regionalismo se orientou pela tendência de que a integração acontece como um meio de promover o equilíbrio de poder em determinada região em face de um Estado localmente dominante ou ameaçador que demonstre suas aspirações hegemônicas. Assim, o regionalismo nesta parte do mundo emergiu como uma tentativa de conter a pretensão do exercício do poder hegemônico americano na região da Ásia-Pacífico a partir da criação de instituições regionais (HURRELL, 1995).

Neste contexto, a ideia central era de que os países menos desenvolvidos não poderiam competir em condições de igualdade em termos de produção, volume de comércio e investimentos com países mais desenvolvidos, de modo que os acordos preferenciais de comércio em âmbito regional priorizavam medidas protecionistas e intervencionistas. Os processos autônomos de mercado são determinados por estruturas do sistema político internacional e pelas políticas dos Estados (HURRELL, 1995).

O processo de integração observado na Ásia, portanto, pode ser contextualizado sob a ótica do “velho” regionalismo, ao considerar os objetivos que levaram à formulação da organização regional ASEAN²² durante a década de 1960. Em primeiro momento, a ASEAN buscou a cooperação de forma prioritária voltada para as áreas de segurança e progresso econômico. Nos primeiros anos de sua existência e considerando o contexto de Guerra Fria que vigorou na época, o viés

22 A composição original era Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura, Tailândia, com a adesão tardia de Brunei, Myanmar, Camboja, Laos e Vietnã.

securitário da ASEAN foi bastante evidente ao funcionar essencialmente como um mecanismo para conter o avanço comunista no âmbito regional, de modo que as aspirações políticas da organização se sobrepuseram às aspirações econômicas por causa da ameaça comunista protagonizada pela atuação de grupos guerrilheiros em cada país. Além disso, extrapolando o tema da segurança regional, se prezava pelo estabelecimento de relações pacíficas no Sudeste Asiático, reduzindo os conflitos locais e alcançando a estabilidade regional (OLIVEIRA, 2002).

Além do surgimento da ASEAN como um símbolo das iniciativas de integração regional, as décadas de 1960 e 1970 também demonstram maior interesse por parte dos países da Zona do Pacífico em estreitar suas relações por meio de um viés econômico, produtivo e comercial, ao notar a elevada transferência de investimento direto estrangeiro (IDE) do Japão para diversos países com grau de industrialização diferente no Sudeste da Ásia. A partir de então, surge uma forma de integração produtiva a partir da internacionalização de um novo paradigma industrial liderado pelo Japão e que rapidamente foi adotado pelas empresas americanas. Neste novo paradigma, o processo de produção pode ser segmentado em estágios distintos e independentes, resultando na redução de custos de transporte e diminuição das barreiras protecionistas, tornando, portanto, a produção mais dinâmica e eficiente. Como consequência, houve maiores fluxos de investimento com o objetivo de intensificar a eficiência produtiva e redução de custos. Dessa forma, a integração produtiva a nível regional decorreu do elevado grau de especialização que articulou as distintas economias da região, ao se especializarem em determinados estágios, tarefas e processos da produção. A integração regional, portanto, ensejada no contexto da produção industrial e nas dinâmicas comerciais começa a ganhar mais forma e destaque progressivamente (MEDEIROS, 2011).

A partir da intensificação da articulação entre integração produtiva e a interdependência regional há maior incentivo para o aprofundamento da divisão regional do trabalho e o desenvolvimento industrial na Ásia. Assim, há uma robusta rede de comércio intra-asiática e a presença de articulação regional a partir

de uma hierarquia firmada entre Japão, os Tigres Asiáticos²³, Tailândia, Malásia, Indonésia e Filipinas²⁴, China e, mais recentemente, Vietnã, indica o esboço de um esquema articulado voltado para a promoção do desenvolvimento (MEDEIROS, 2011).

A ordem global pós-Guerra trouxe impactos nas formas como a integração regional passou a acontecer nestas regiões a partir da queda de uma estrutura de poder bipolar. Dentre as mudanças geopolíticas a partir da década de 1990, houve a transição do “velho” para o “novo” regionalismo, no qual se observa maior interconexão e interdependência entre Estados e sociedades com a disseminação de recursos financeiros, pessoas, valores, ideias que transbordam o antigo sistema de barreiras nacionais que visavam manter a autonomia estatal. Dessa forma, a globalização funcionou como um estímulo ao regionalismo sob uma perspectiva multilateral, impulsionando a criação de organizações e blocos regionais e intensificando a cooperação entre os Estados em áreas que vão além da dicotomia econômica e securitária (HURRELL, 1995).

O regionalismo asiático também experimentou mudanças em suas nuances a partir do advento do “novo” regionalismo. Ainda nos anos 1980, o Sudeste Asiático se insere em um processo de desenvolvimento econômico que contou com a transferência de empresas e investimento do Japão e dos Tigres Asiáticos, o que lançou bases para o cenário que se instaurou na região no pós-Guerra Fria. Houve a tentativa mais sólida de criar uma área de livre comércio em 1992 com a previsão de redução tarifária gradual até 2008, por meio do Asean Free Trade Area (AFTA), como também a ampliação da ASEAN como um mecanismo para a segurança estratégica da região da Ásia-Pacífico, através do Asean Regional Forum (ARF). É notável a ampliação do comércio intra-regional e a divisão internacional do trabalho entre os países locais, havendo maior complementaridade econômica, que diz respeito ao comércio de bens e serviços entre duas ou mais nações e o valor monetário que estas representam. Além disso, a ascensão da China como uma pólo emergente de poder econômico e grande expoente comercial na região foi refletida na maior proximidade do país com os demais no que tange às dinâmicas de

23 Coreia do Sul, Taiwan, Singapura e Hong Kong.

24 Notadamente os quatro países de economia mais dinâmica da ASEAN-4

comércio no âmbito regional (OLIVEIRA, 2002).

O advento da nova perspectiva teórica para os esquemas regionalistas, o “novo” regionalismo, portanto, trouxe mudanças para a forma como os países se integraram em um contexto moderno onde se observa maior inclusividade, abertura econômica e multilateralismo. Assim, houve expansão da abrangência e da diversidade dos esquemas regionalistas, com maior nível de institucionalização das organizações regionais a partir de um caráter multidimensional. Os esquemas regionalistas na Ásia, dessa forma, passaram a abranger temas mais diversos para além da cooperação no plano comercial tão somente.

O regionalismo observado na Ásia, mais especificamente no Sudeste Asiático, também avançou em direção ao aprofundamento e intensificação do processo de integração regional em áreas que vão além da cooperação econômica. A integração regional asiática ocorreu orientada pela evolução da industrialização japonesa que desencadeou fases sequenciais de importação, produção doméstica e exportação de bens de acordo com a hierarquia de sua complexidade tecnológica²⁵. Assim, os países se especializam a nível regional de acordo com seus custos de produção, incentivando a complementaridade da matriz produtiva, maior eficiência alocativa, ganhos de produtividade e maior IDE entre os países da região (MEDEIROS, 2011).

Desde a década de 1990, países asiáticos se mobilizaram com o objetivo de conter a predominância e influência por parte do Japão nas relações geopolíticas, econômicas e comerciais na região. Nesse sentido, a APEC, foi estabelecida com o intuito de reduzir barreiras comerciais e aumentar o investimento dentre seus membros, em resposta à intensificação do regionalismo na Europa e Américas. A formação da APEC deixa claro, desde os primórdios, que sua intenção é de estabelecer um fórum de coordenação política de assuntos econômicos sensíveis à região, processo motivado pela emergência da China como um ator de relevância para a dinâmica comercial e econômica desta parte do globo. Assim, desde 1992, foi criado o Acordo de Livre Comércio da ASEAN, e em 2010 a área de livre

25 O Modelo dos Gansos Voadores é a denominação concedida ao esquema que ilustra o processo de desenvolvimento econômico observado no Sudeste Asiático, criado na década de 1960 por Kaname Akamatsu. Maiores informações, ver AKAMATSU, K. *A Historical Pattern of Economic Growth in Developing Countries*. Journal of Developing Economies, v.1, n.1, março-agosto, 1962.

comércio entra em vigor, tendo a China como o principal parceiro comercial desde então e um cenário de disputa pela liderança regional entre China e Japão (OLIVEIRA, 2002).

A análise dos dados de regime de comércio da Ásia desde a década de 1990 até o final da década de 2000 indica que historicamente as exportações para os Estados Unidos foram de grande magnitude, apesar das variações ao longo do tempo, como se pode observar na tabela abaixo (GOH, 2003).

O interesse dos Estados Unidos em marcar presença na região, sobretudo como reação ao vertiginoso crescimento da China e sua maior influência nas dinâmicas econômicas locais, fez com o que o país fosse um dos grandes parceiros comerciais com a ASEAN (GOH, 2003). É evidente no que concerne os regimes comerciais que envolvem a Ásia a triangulação comercial²⁶ entre os países do Sudeste Asiático, Japão e Estados Unidos, criando uma rede de comércio frutuosa desde a década de 1990. Para os membros da ASEAN, esta expansão da corrente comercial envolve a exportação de bens industrializados, intensivos em tecnologia para os Estados Unidos, motivados pela integração produtiva e especialização vertical. Além disso, desde 2009, os Estados Unidos ensejaram a criação do Acordo Parceria Transpacífica (TPP), o qual será explicado futuramente no presente Guia de Estudos, com o objetivo de criar uma zona de livre comércio, demonstrando sua intenção em manter como um ator de relevância na região (MEDEIROS, 2011). Ainda, os Estados Unidos em sua atual política protecionista, visa reduzir o número de importações de produtos asiáticos, em especial os produtos chineses, conforme corrobora tabela abaixo.

²⁶ Comércio Triangular ou triangulação comercial dizem respeito ao comércio de bens e serviços entre três regiões diferentes, formando um triângulo. O comércio triangular existe para que seja possível a criação de uma balança favorável para as três regiões. (OSTRANDER, 1973).

Exportações		L. Asiático	Tigres	ASEAN 4	Japão	China	EUA
Japão	1990	29,7	19,7	7,7	x	2,1	31,7
	2000	40,2	23,9	9,5	y	6,3	30,0
	2007	46,8	22,4	8,3	x	15,3	20,4
China	1990	66,2	48,6	2,8	14,5	x	8,3
	2000	48,1	26,7	3,7	16,7	x	20,9
	2007	37,8	24,1	4,1	8,4	x	19,1
Hong Kong	1990	44,4	9,8	4,0	5,7	24,7	24,1
	2000	50,5	6,8	3,3	5,5	34,5	23,2
	2007	62,9	6,0	3,4	4,4	48,3	13,5
Taiwan	1990	37,0	17,8	6,8	12,4	0,0	32,5
	2000	48,8	27,4	7,3	11,1	2,8	23,4
	2007	64,8	22,8	7,4	6,4	25,3	13,0
Coreia do Sul	1990	35,2	8,6	5,0	19,4	2,1	29,9
	2000	45,2	14,2	7,2	11,9	10,7	21,9
	2007	48,1	14,7	5,5	7,1	22,1	12,4
Singapura	1990	46,3	13,6	21,0	8,7	1,5	21,3
	2000	56,2	17,4	24,9	7,5	3,9	17,3
	2007	63,3	17,1	28,9	4,8	9,7	8,9

Tailândia	1990	38,1	15,2	3,9	17,2	1,2	22,7
	2000	48,5	19,1	7,6	14,7	4,1	21,4
	2007	52,7	16,0	10,2	11,8	9,7	12,6
Malásia	1990	57,1	32,7	6,0	15,8	2,1	16,9
	2000	54,3	30,0	7,1	13,1	3,1	20,5
	2007	54,7	25,8	9,3	9,1	8,8	15,6
Filipinas	1990	37,2	12,3	4,2	19,8	0,8	37,9
	2000	47,8	23,8	7,3	14,7	1,7	30,0
	2007	60,7	25,2	8,8	14,5	11,4	17,0
Indonésia	1990	66,8	18,5	2,3	42,5	3,2	13,1
	2000	58,5	23,8	6,1	23,2	4,5	13,7
	2007	59,1	19,6	8,8	20,7	8,5	10,2

Quadro 1 - Destino das Exportações Asiáticas (em % do total)

Fonte: Elaborado por Isabela Nogueira a partir de UN Comtrade e Bureau of Foreign Trade (para os dados de Taiwan).

Nota: Leste Asiático: Asean 10 (Malásia, Tailândia, Indonésia, Filipinas, Vietnã, Brunei, Myamar, Cingapura, Camboja, Laos) China, Japão, Hong Kong, Coreia do Sul e Taiwan.

Fonte: Fonte: UN Comtrade (cálculos de Isabela Nogueira) e Bureau of Foreign Trade, 2014.

2.1 Regionalismo aberto na região Ásia-Pacífico

A busca por uma compatibilidade entre o aumento de acordos comerciais regionais em todo o mundo e o sistema global de comércio se apresenta como um dos problemas centrais da política contemporânea. Nesse sentido, há o debate se os acordos regionais seriam, na prática, blocos de construção para uma maior liberalização global do comércio ou obstáculos que impeçam tal progresso. O regionalismo aberto é um esforço para se alcançar uma resposta que represente o melhor dos dois mundos. Esse conceito é um dispositivo através do qual existam os benefícios da liberalização regional sem comprometer a vitalidade do sistema multilateral (BERGSTEN, 1997).

No sistema internacional atual, se observa com cada vez mais dificuldade uma solução para a disputa “regionalismo *versus* multilateralismo”. No Artigo 24 do GATT²⁷ é observada a permissão explícita de acordos regionais, de modo que há abertura para a defesa da compatibilidade com o sistema multilateral de comércio. Para serem legais, tais acordos devem atender a três critérios: cobrir substancialmente todas as trocas comerciais dos países membros²⁸, evitar novas barreiras a não-membros e alcançar o livre comércio entre os membros até uma data previamente estabelecida; normalmente não deve exceder dez anos a partir da data de início (GATT, 1947).

Existem várias noções sobre o significado de regionalismo aberto e como deve ser implementado, uma vez que nem a APEC, nem qualquer outro organismo internacional oficialmente definiu este conceito. Nessa sessão, serão abordadas cinco possíveis definições, que podem ser implementadas simultaneamente, como também de forma independente.

A primeira definição proposta é a participação aberta no arranjo regional. Qualquer país que indique uma vontade credível de aceitar as regras da instituição seria convidado a participar. Os efeitos de liberalização do comércio do grupo

27 “5. Por conseguinte, as disposições do presente Acordo não impedem, entre os territórios das Partes Contratantes, a formação de uma união aduaneira ou de uma zona de comércio livre ou a adoção de um acordo provisório necessário à formação de uma união aduaneira ou de uma zona de comércio livre” (tradução livre, GATT, 1947).

28 Novos acordos comerciais não devem ser mais restritivos ou sobrepor aqueles que já estão sendo aplicados nos mesmos países membros.

seriam assim expandidos para um número crescente de países e, eventualmente, para o mundo inteiro (BERGSTEN, 1997).

O segundo conceito de regionalismo aberto é o tratamento incondicional das tarifas de importação e exportação entre o bloco, que também seria estendido para os demais parceiros comerciais dos membros. Nenhuma nova preferência ou discriminação seria criada. Para a APEC, o custo político dessa ação poderia comprometer as metas de liberalização de alguns países, limitando o progresso na implementação das Metas de Bogor (BERGSTEN, 1997).

Os possíveis problemas elencados acima levam a uma terceira proposta: extensão condicional das taxas. Os países membros da APEC reduzem as suas barreiras aos não-membros que concordam em tomar medidas similares àquelas postas em prática pelo fórum. As perspectivas seriam de que os países não-membros concordassem com a oferta dos países que representam metade da economia mundial (BERGSTEN, 1997).

A quarta definição, liberalização global, representa que os membros da APEC continuassem reduzindo suas barreiras enquanto perseguem suas metas regionais. Uma ressalva a ser feita é que o impacto da implementação deste compromisso poderia representar um regionalismo aberto mais fraco, uma vez que a liberalização intra-APEC avançaria mais rapidamente do que a liberalização multilateral, o que geraria novos desvios de comércio (BERGSTEN, 1997).

A última opção exposta acima e as demais se concentram em tarifas e barreiras tradicionais de fronteira, a quinta alternativa, por sua vez, trabalha para facilitar o comércio por meio de reformas não-tarifárias e não-fronteiriças. Tais iniciativas poderiam ser focadas de maneira restrita, embora ainda valiosas no aprimoramento do comércio, como harmonização alfandegária e reconhecimento mútuo de padrões de produtos. Poderiam também ser bastante abrangentes, como a cooperação na aplicação das políticas nacionais de concorrência e a desregulamentação dos principais mercados domésticos (BERGSTEN, 1997).

3. ASSOCIAÇÃO DAS NAÇÕES DO SUDESTE ASIÁTICO (ASEAN)

Durante a década de 1960, a região asiática banhada pelo Pacífico vivenciou grandes transformações que resultaram em maior desenvolvimento econômico e dinamismo. A importância da união do povo do sudeste asiático se tornou cada vez mais evidente neste momento, sendo, portanto, necessária a criação de uma organização capaz de administrar tal prosperidade e sucesso. Assim, em 1967, foi fundada a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), que tem por objetivos bases a cooperação nos âmbitos econômicos, sociais, culturais, técnicos, educacionais, além da promoção da paz e estabilidade da região, respeitando o Estado de Direito²⁹ e os princípios apresentados na Carta das Nações Unidas (RUSTANDI, 2016, p. 11). Desde os primórdios, a associação tem se mostrado símbolo da união para prosperidade, como evidenciado no discurso do vice primeiro Ministro da Malásia, Tun Abdul Razak, durante as formalidades da criação da ASEAN, no ano de 1967

“Nós, nações e povos do Sudeste Asiático, precisamos nos unir e formar uma nova perspectiva e um novo marco para nossa região. É importante que, individualmente e em conjunto, criemos uma consciência profunda de que não podemos sobreviver por muito tempo como povos independentes, mas sim isolados, a menos que pensemos e ajamos juntos, a menos que se comprove por atos que pertencemos a uma família de nações do Sudeste Asiático, unidas por laços de amizade e boa vontade e imbuídos de nossos próprios ideais e aspirações, determinados a moldar nosso próprio destino. Com o estabelecimento da ASEAN, demos um passo firme e corajoso nesse caminho”. (Discurso do Vice-Primeiro Ministro da Malásia Tun Abdul Razak - Tailândia, 1967)³⁰

Desde a sua criação, a ASEAN tem evoluído e se apresentando como um organismo de extrema importância para a região. Através do *ASEAN Way*, que consiste em tomar decisões através de sistema de consulta e consensos, a instituição moldou sua identidade, o que contribuiu para se concretizar enquanto mecanismo institucional para incentivar o aprofundamento da integração regional, ressaltando os seus objetivos em manter a paz, a prosperidade e a estabilidade geopolítica na região (RUSTANDI, 2016, p. 11). Além disso, a associação, ao longo

29 O Estado de Direito é um sistema com normas de direito as quais todos são submetidos, inclusive o Estado. Outrossim, todos são regulados pelas normas e direitos fundamentais impostos pelo sistema do direito (CANOTILHO, 2014).

30 Disponível em: <https://asean.org/asean/about-asean/history/>

da sua história, se mostrou uma peça-chave para a cooperação entre as mais diversas economias, podendo ser considerada pioneira no que tange ao diálogo entre as nações do Pacífico, promovendo uma maior visibilidade das economias em desenvolvimento diante das desenvolvidas (ELEK, 2005, p. 68).

As características basilares de uma zona de livre comércio são a redução ou eliminação das barreiras comerciais tarifárias e não tarifárias, a necessidade de regra de origem dos produtos para evitar triangulação³¹, não haver relações entre governos privilegiando uma nação sobre a outra e cada país deve apresentar a prerrogativa na determinação das próprias barreiras a produtos importados. Atualmente, a ASEAN apresenta uma zona de livre comércio criada em 2002, possui um mercado estimado em 527,9 milhões de pessoas, um PIB de US\$ 888,3 bilhões, além de exportações que chegam a US\$ 293,1 bilhões e importações alcançando cerca de US\$ 257,9 bilhões (ASEAN, 2018). No que diz respeito à estrutura, a ASEAN³² é composta por 10 membros permanentes que rotacionam anualmente cuja rotação da cadeira presidencial segue a ordem alfabética dos nomes dos países em Inglês, sendo a Presidência ocupada pelo membro responsável por presidir todos os encontros e cúpulas da associação durante o período de um ano (ASEAN, 2018).

3.1. Acordo de Livre comércio entre os países membros da ASEAN

A integração interestatal pode ser classificada conforme determinados níveis de aprofundamento de interação e interdependência entre os países. As fases de interação de acordo com seu nível de profundidade nas seguintes etapas são: fórum regional, área de livre comércio, união aduaneira, mercado comum, união monetária e união política, de modo que quanto mais próximo da união política, mais consolidado é o vínculo entre os Estados do grupo analisado (RICHARD, 2014).

31 Comércio Triangular ou triangulação comercial dizem respeito ao comércio de bens e serviços entre três regiões diferentes, formando um triângulo. O comércio triangular existe para que seja possível a criação de uma balança favorável para as três regiões. (OSTRANDER, 1973).

32 São eles: Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura, Tailândia, Brunei Darussalam, Vietnã, Mianmar, Laos e Camboja (ASEAN, 2018)

Os líderes das nações que compunham a ASEAN em 1992³³, 35 anos após sua formação, assinaram um tratado que visava estabelecer uma área de livre comércio (ASEAN, 2018). A princípio, o tratado visou gradualmente enquadrar os membros do bloco nas características tradicionais desse nível de integração: infraestrutura para negócios internacionais expressiva; atratividade para investimentos; isenção do pagamento de taxas para a importação de produtos e serviços para os demais países do bloco (UNESCAP, 2015). Dessa forma, o objetivo era de aumentar a dinamicidade do comércio intra regional e as vantagens competitivas como produtora de matéria-prima para o mercado mundial (ASEAN, 2016).

A principal medida tomada foi distribuir os produtos comercializados em quatro listas: Lista de Inclusão, Lista de Exclusão temporária, Lista Sensível e Lista de Exceções Gerais. A primeira lista englobou 82,78% dos produtos especificados e definia a remoção de restrições quantitativas e outras barreiras não-tarifárias, como o processo de verificação e medições não tarifárias, e a redução gradual das tarifas para no máximo 20% em 1998 e 5% em 2008 (ASEAN, 2018). A segunda, por sua vez, permitiu que houvesse proteção temporária de certos produtos que seriam futuramente acrescidos à Lista de Inclusão. Adotada inicialmente no início de 1996, essa lista foi reduzida a 15,04% das mercadorias compreendidas pelo acordo. A Lista Sensível continha os produtos agrícolas não processados, cuja integração à zona de livre comércio foi adiada para depois de 2010, e que representavam 0,58% das tarifas contempladas. Por fim, as mercadorias da Lista de Exceções Gerais eram permanentemente excluídas da área de livre comércio por questões de proteção à segurança nacional, à moral pública, à vida e à saúde humana, animal e vegetal e aos artigos com valor artístico, histórico e arqueológico. Ao todo, a Lista de Exceções excluía 1,61% dos itens (ASEAN, 2016).

O resultado imediato desse acordo foi o aumento de 13,2% no comércio interno do bloco (RICHARD, 2014). Este cenário, aliado à necessidade

33 Malásia, Filipinas, Indonésia, Brunei, Taiwan e Singapura.

governamental de lidar com a Crise Financeira Asiática de 1998³⁴ fez com que o prazo para a redução das tarifas fosse antecipado para 2002 (STUBBS, 2002).

A taxação intra-regional, isto é, a taxa firmada para o comércio dentre as economias membro da região, foi bruscamente reduzida conforme o acordo inicial, e em meados de 2002 os países inicialmente signatários se encontravam adequados às normas estabelecidas. Os países que ingressaram no bloco após 1992, por sua vez, tiveram uma extensão no período de adequação, de modo que, no final de 2015, todos os participantes da ASEAN estavam totalmente integrados à zona de livre comércio (UNESCAP, 2015).

Para além da expansão da comercialização internacional dentro do bloco, o estreitamento das relações entre tais nações representou um fortalecimento da imagem conjunta no comércio fora da organização. Países asiáticos, como a China, a Índia, o Japão e a Coreia do Sul, notaram a crescente importância do regionalismo que florescia no local e se empenharam em estabelecer novos tratados com os membros do órgão. De forma semelhante, ocorreu com nações não-asiáticas que viam nas facilidades estabelecidas uma oportunidade para inserir seus produtos no mercado da região por meio de relações bilaterais (UNESCAP, 2015).

34 A crise asiática de 1998 ocorreu em uma região que havia se tornado referência mundial de crescimento acelerado e sustentado, especificamente, a Coreia do Sul, o principal exemplo de crescimento da periferia rumo ao desenvolvimento. A crise asiática proporcionou um efeito “contágio” muito rápido e forte, pois em um breve período de tempo a recessão que tinha se iniciado em um país se espalhou por toda a região (CANUTO, 2000).

4. PARCERIA ECONÔMICA REGIONAL ABRANGENTE (RCEP)

A Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP), negociada em 2013, é um acordo de parceria multilateral para o livre comércio que tem como países signatários os membros da ASEAN, juntamente de Austrália, China, Coreia do Sul, Índia, Japão e Nova Zelândia. O objetivo principal deste acordo é alcançar o desenvolvimento por meio de medidas que beneficiam economicamente todas as nações envolvidas (ASEAN, 2013).

No ano de 2013, 16 Ministros da Economia dos países envolvidos no acordo se reuniram para delimitação dos objetivos e princípios da RCEP, e determinaram que, visando alcançar seus principais objetivos no que tange o aumento do desenvolvimento econômico a nível regional, os países teriam que diminuir as barreiras comerciais e permitir o livre acesso ao mercado para serviços e mercadorias. Outrossim, ficou evidente também a necessidade da redução das barreiras relativas aos direitos de propriedade intelectual, bem como o estímulo à competição entre as empresas dos países participantes do presente acordo (RCEP GUIDELINES, 2013).

A RCEP, assim como o Acordo de Parceria Transpacífica (TPP), visa a criação da zona de livre comércio na região Ásia-Pacífico (FTAAP). Porém, o TPP contava com a participação de 12 países³⁵, até o Estados Unidos da América sob a administração Trump se retirar do presente acordo. A retirada dos Estados Unidos pode significar o fortalecimento da RCEP, bem como, lateralmente, o fortalecimento econômico da China, pois esta se beneficiaria pela entrada de seus concorrentes diretos no mercado americano e também, pelo fim do acordo TPP, pois esta poderia ampliar ainda mais sua influência político-econômica na região Ásia-Pacífico (CHASE; HSIEH; KERREMANS, 2017). Ainda se discute se o TPP e a RCEP são acordos complementares ou são acordos concorrentes, conforme tabela a seguir:

35 Japão, Brunei, Malásia, Singapura, Vietnã, Austrália, Nova Zelândia, Estados Unidos, Canadá, México, Peru e Chile.

	RCEP	TPP
Comparações	<p>RCEP é liderada pela ASEAN com objetivo de angariar todos os acordos de livre comércio que não são da ASEAN.</p> <p>Criado a partir dos acordos de livre comércio do grupo ASEAN +1, contando com China, Japão, Coreia do Sul, Austrália e Nova Zelândia.</p> <p>É baseado em uma cláusula de adesão, onde esta pode ser expandida após a assinatura de um acordo de livre comércio com a ASEAN.</p> <p>As negociações iniciaram em 2013 para serem concluídas no ano de 2015.</p>	<p>O TPP era liderado pelos Estados Unidos da América até a troca da administração Obama para a Era Trump e objetivava ser protagonista na Ásia.</p> <p>Criado a partir de um acordo entre os P4, entre Nova Zelândia, Brunei, Singapura e Chile em 2005.</p> <p>Os países da APEC eram encorajados a participar das negociações; também, continha uma cláusula de adesão a países que não são membros da APEC.</p> <p>A negociação iniciou em 2011 e após perderem o prazo de finalização do acordo em 2013, o acordo seria finalizado em 2014.</p>
Características	<p>Busca formar um acordo de integração regional que é mais denso do que os acordos de livre comércio já existentes e apoiar o desenvolvimento econômico igualitário.</p> <p>Seus objetivos são: liberalizar o comércio de bens, serviços e investimento, cooperação técnica, propriedade intelectual e resolução de conflitos (questões da OMC+).</p>	<p>Objetiva estabelecer acordos de livre comércio que lidem com os desafios do século 21.</p> <p>Seus objetivos são: liberalizar o comércio de bens, serviços, investimento, direitos de propriedade intelectual, proteção ambiental, trabalho, serviços financeiros, barreiras técnicas para o comércio e outras questões concernentes a problemas regulatórios (questões da OMC+).</p>
Preocupações	<p>Objetiva construir o "ASEAN Way" e um tratamento diferenciado, dependendo quanto o nível de desenvolvimento dos membros pode contribuir para diminuir o progresso.</p> <p>Existência de conflito em razão da tensão entre China e Estados Unidos.</p> <p>Os acordos de livre comércio da ASEAN+1 possuem diferentes estágios de implementação.</p>	<p>Padrão-Ouro do acordo de livre comércio do século 21 e aborda os problemas da próxima geração (transversalidade/novos desafios do comércio)</p> <p>Não inclui China e Índia.</p> <p>Pode dividir a ASEAN, pois nem todos os países-membro da ASEAN participaram do TPP e com isso, pode vir a comprometer a centralidade da ASEAN.</p>

Fonte: Understanding The Regional Comprehensive Economic Partnership And The Trans-Pacific Partnership: An Asean Perspective - Basu Das³⁶³⁷

Por fim, no cenário atual, a RCEP segue em negociação e a sua total implementação levaria ao protagonismo regional dos países envolvidos na parceria em prol do FTAPP no que tange à cooperação econômica, técnica e facilitação do comércio de bens na região Ásia-Pacífico. Outrossim, esta parceria pode ameaçar a hegemonia de mercado dos Estados Unidos, pois perdeu espaço de competição no mercado asiático ao se retirar do acordo do TPP, acordo este que foi encabeçado pelo próprio país, no ano de 2015, na administração Obama. Assim, os Estados Unidos acabam por abrir espaço para outras economias, tal qual a China, que pretende ocupar o espaço deixado pelo primeiro país (CHASE; HSIEH; KERREMANS, 2017).

³⁶ Tradução livre.

³⁷ Tradução livre.

5. ACORDO DA PARCERIA TRANSPACÍFICA (TPP)

Nos últimos anos o mundo apresentou um avanço na globalização, apresentando mudanças significativas na área do comércio que se intensificou entre as mais diversas regiões. No ano de 2017, foi alcançado um marco histórico, mesmo diante de consequências da crise financeira de 2008, contabilizando uma alta de 4,7% do volume de comercialização (MAGALHÃES, 2018). Com tal crescimento das relações comerciais, cada vez mais os países estão procurando por acordos que facilitem suas negociações, levando grandes líderes, como o Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Roberto Azevêdo, a se manifestarem a favor do livre-comércio e medidas que visem fortalecê-lo ao redor do globo, a fim de assegurar que o contínuo o crescimento da economia global (MAGALHÃES, 2018).

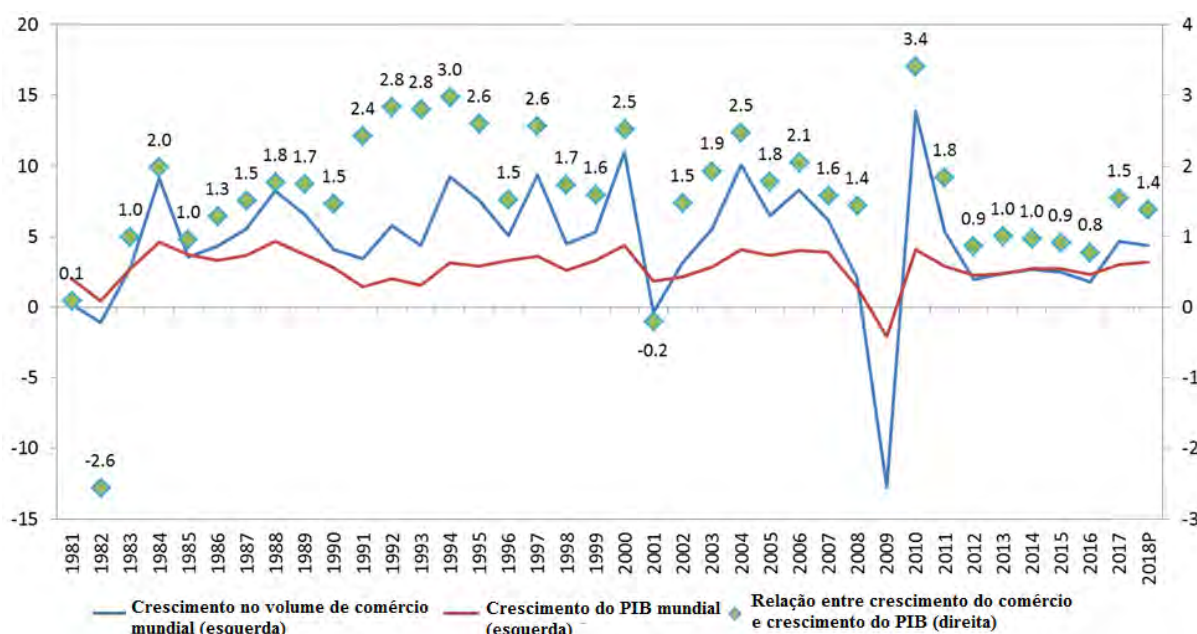


Gráfico 1: Taxa do volume de crescimento do comércio mundial em relação ao crescimento do PIB real mundial, 1981-2018 (% e índice)

Fonte: Comunicado de Imprensa/820 - Organização Mundial do Comércio³⁸.

Nesse cenário, economias do Pacífico, a fim de fortalecer a integração de suas nações, em 2005, se engajam na criação do o Acordo de Parceria Econômica Estratégica Transpacífico (TPSEP), também conhecido como Pacific Four (P4), que

38 Tradução Livre. https://www.wto.org/english/news_e/pres18_e/pr820_e.htm

reunia um grupo composto por Brunei, Chile, Nova Zelândia e Singapura. O TPSEP estabeleceu que as áreas de cooperação seriam comercial, econômica, financeira, científica e tecnológica³⁹. Além disso, objetivava eliminar barreiras comerciais, fomentar a livre circulação de pessoas, bens e serviços, promover condições justas de competição na área de livre comércio e aumentar substancialmente os investimentos entre os países⁴⁰.

O início do século XXI trouxe a percepção de que a fragmentação do processo produtivo entre vários países ocasiona grande interdependência econômica entre as partes, envolvidas na produção, apresentando uma nova divisão internacional da produção e urgindo por mudanças na atual conjuntura do comércio internacional que se baseia no sistema multilateral (CARNEIRO, 2015). Entretanto, com a estagnação do sistema multilateral em promover tais mudanças, os países buscam outros sistemas capazes de atender tais necessidades, como acordos regionais e plurilaterais, se comprometendo em tratar de novos temas⁴¹, dando origem aos mega-acordos regionais (REIS, 2018). Os os mega-acordos regionais, portanto, apresentam como grande objetivo desenvolver novas regras de comércio e avançar o marco regulatório para o século XXI (THORSTENSEN, 2014).

A partir de 2008, devido à iniciativa dos Estados Unidos com interesse em criar uma zona de livre comércio na região do Pacífico, outros países inseridos nesta localidade demonstraram interesse em participar e expandir o TPSEP. Após sete anos de negociações, um novo acordo foi firmado em 5 de outubro de 2015, o Acordo de Parceria Transpacífica (TPP), um mega-acordo regional, reunindo ao todo 12

39 “2. O presente Acordo cobre, particularmente, os campos do comércio, da economia, financeiro, científico, tecnológico e de cooperação. Caso acordado pelas partes pode ser estendido à outras áreas, a fim de expandir e aumentar os benefícios deste Acordo.” (Tradução Livre do Parágrafo do acordo original)

40 “4. Os objetivos comerciais deste Acordo, elaborado mais especificamente por meio de seus princípios e regras, incluindo tratamento nacional, tratamento nacional e de transparência de nações mais favorecidas, são: (a) encorajar a expansão e diversificação do comércio entre o território de cada Parte; (b) eliminar barreiras comerciais, facilitar a movimentação de pessoas, bens e serviços ao longo dos territórios das Partes; (c) promover condições justas de concorrência na zona livre de comércio; (d) aumentar substancialmente as oportunidades de investimento no território de cada Parte; (e) prover proteção e aplicação efetiva dos direitos de propriedade intelectual no território de cada Parte; e (f) criar um mecanismo efetivo para prevenção e solução de disputas comerciais” (Tradução Livre do parágrafo do acordo original)

41 “Uma das características mais importantes destas iniciativas é a inclusão – ou tentativa de inclusão – de temas que aprofundam os compromissos assumidos no plano multilateral – WTO +, como serviços, ou que nunca foram objeto de disciplina no sistema multilateral – WTO-extra, como convergência regulatória, padrões trabalhistas, meio ambiente, comércio eletrônico etc.” (CARNEIRO, 2015)

países membros⁴², 40% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial e cerca de 790 milhões de habitantes, como se pode observar na tabela abaixo (CASTRO, 2017).

Tabela 1: Países membros da Parceria Trans-Pacífica a partir de 2011

País		PIB Nominal ^a (\$ billion)	População (‘000)	Área (‘000 km ²)
Países membros do P4	Singapura	2,227	5,170 ^b	7
	Chile	2,033	17,190	760
	Nova Zelândia	1,404 ^b	4,370	270
	Brunei	130 ^b	420	6
Novos países membros (a partir de 2010)	EUA	146,578	309,990	9,630
	Austrália	12,355	22,230	7,700
	Malásia	2,380	28,250	330
	Peru	1,528	29,550	1,290
	Vietnã	1,036	88,260	330

P4 = Pacific-4

Nota: ^a PIB nominal e população a partir de 2010.

^b Estimativa a partir de 2010.

Fonte: IMF *World Economic Outlook* (WEO), United Nations statistics.

*Fonte: Negotiations for the Trans-Pacific Partnership Agreement: Evaluation and Implications for East Asian Regionalism*⁴³

Os principais objetivos deste acordo estão relacionados ao aumento da integração econômica entre os membros, sendo o fomento ao estímulo dos investimentos entre os países, fortalecimento de políticas ambientais comuns e padronização das leis trabalhistas entre os países membros. Dessa forma, é evidenciado o compromisso das partes engajadas na integração envolvendo novos temas para além da esfera comercial (CHEONG, 2013).

O TPP, portanto, se apresentou desde o início como um mega-acordo promissor, pois aumentaria a relevância econômica dos Estados Unidos na Ásia, tornando o país mais presente nas dinâmicas regionais, uma vez que Barack Obama, até então presidente dos Estados Unidos (2008-2016) apresentou interesse aderir ao acordo em uma reunião da APEC em 2009 (CHEONG, 2013). Além disso, o interesse americano no TPP causou efeitos em demais países, atraindo a atenção de outras economias em desenvolvimento - tais como Brunei, Chile, Peru, Malásia México, Singapura e Vietnã - e por abordar os novos temas que necessitavam de

42 Japão, Brunei, Malásia, Singapura, Vietnã, Austrália, Nova Zelândia, Estados Unidos, Canadá, México, Peru e Chile

43 Tradução livre. <https://www.adb.org/sites/default/files/publication/156283/adbi-wp428.pdf>

atenção. O acordo foi considerado pela Administração dos Estados Unidos à época como a medida mais poderosa para fundir as economias asiáticas do Pacífico e um mecanismo para conectar os Estados Unidos às regiões que mais crescem no mundo (CHEONG, 2013). Além disso, facilitaria o comércio e o investimento americano no Sudeste Asiático, promovendo os interesses dos Estados Unidos em questões como direitos de propriedade intelectual, trabalho e meio ambiente (CARNEIRO, 2015).

Ao integrar o TPP, portanto, os Estados Unidos não apenas instrumentalizam a oportunidade de aumentar sua influência na região, como também impediram o avanço da influência chinesa. Entretanto, com a nova administração estadunidense a partir da eleição de Donald Trump em 2017, os Estados Unidos se retiraram do TPP⁴⁴, sob a justificativa de retomar a grandiosidade da economia norte americana que se viu enfraquecida com a redução das barreiras comerciais ao redor do mundo. Como consequência, de acordo com a previsão descrita por Trump haveria melhorias na oferta e condições de trabalho dos americanos (CASTRO, 2017).

A situação que se manifesta diante de tal fato ignora os esforços da gestão anterior em assegurar a estratégia comercial voltada para a região do Sudeste Asiático, alegando que a medida foi tomada para evitar que um suposto enfraquecimento dos Estados Unidos seja levado à frente, provocado pela redução das barreiras comerciais ao redor do mundo (CASTRO, 2017). Além disso, a saída estadunidense do TPP apresenta uma possibilidade de aumento da influência da China na região devido ao maior espaço cedido para a inserção e projeção da China nas dinâmicas regionais de comércio, cooperação internacional e integração, de forma que se torna mais palpável, consequentemente, um fortalecimento da Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP)⁴⁵.

44 Trump apenas pôde cancelar o acordo costurado pelo ex-presidente Barack Obama, pois o TPP não chegou a ser votado e aprovado no Congresso americano. Isso só foi possível, pois o referido acordo estabelecia um limite de dois anos para ser ratificado pelos países signatários (DEUTSCHE WELLE, 2017).

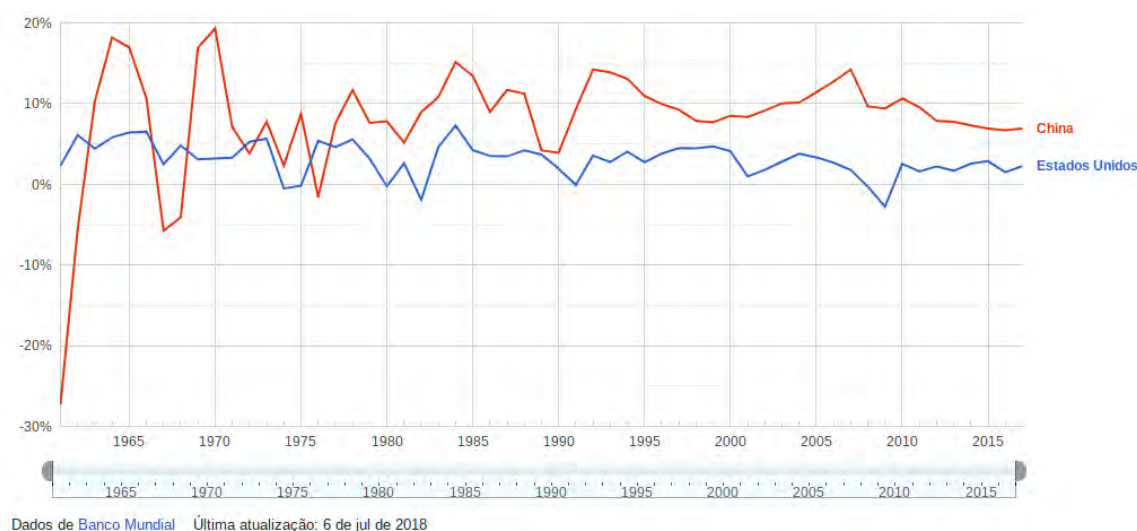
45 Depois de concluído, o RCEP oferecerá um poderoso impulso ao sistema de comércio global baseado em regras. Será uma área de livre comércio para os livros de registro - enorme em população e produção (cobrindo 3,6 bilhões de pessoas e um PIB de US \$ 25 trilhões, superando a dos Estados Unidos) e a mais ambiciosa já negociada pelos países em desenvolvimento. Abrangerá os primeiros acordos entre a China, a Índia, o Japão e a Coreia do Sul, baseando-se em compromissos da Organização Mundial do Comércio (OMC) e oferecendo novas evidências da liderança asiática no comércio mundial (PETRI; PLUMMER, 2018).

Mesmo com a saída dos Estados Unidos do acordo, o TPP segue firme, se apresentando como uma forte alternativa para os empecilhos encontrados nas negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC), estabelecidos nos planos *WTO+* (*OMC plus*) e *WTO-X* (*OMC extra*)⁴⁶, sendo usado como marco regulatório em novos acordos comerciais dos países membros (THORSTENSEN; NOGUEIRA, 2017).

5.1 Estados Unidos e China: disputas comerciais e hegemônicas na região

Estados Unidos e China possuem uma relação marcada por tensões desde a Guerra Fria, período no qual assumiram lados opostos na disputa entre os blocos socialista e capitalista no contexto bipolar. Desde 1977, a taxa de crescimento do PIB chinês se mantém acima da taxa de crescimento do PIB estadunidense, conforme demonstra o gráfico abaixo. Assim, China é colocada como a segunda maior economia mundial, além do país buscar se projetar internacionalmente no âmbito econômico por meio de investimentos, fluxo de comércio e cooperação internacional. Dessa forma, representa a tendência de constituir uma ameaça à posição hegemônica dos Estados Unidos (POLITIZE, 2018; BANCO MUNDIAL, 2018).

Gráfico 3 - Taxa de Crescimento do PIB da China e EUA



46 Os planos *WTO+* são aqueles que estariam presentes no mandato da OMC, nos quais os países assumiriam compromissos superiores nos Acordos Regionais de Comércio. Por outro lado, os acordos *WTO-X* são aqueles que estão fora do mandato da OMC, mas presentes em compromissos nos Acordos Regionais de Comércio. (VIEIRA apud. HORN, MAVROIDS, SAPIR, 2016)

Fonte: Dados do Banco Mundial

Atualmente, é possível observar no cenário internacional uma dinâmica de disputa no que tange à esfera comercial entre Estados Unidos e China. A disputa comercial entre os países foi iniciada em março de 2018, quando os Estados Unidos impuseram uma tarifa de importação de 25% sobre o aço e 10% sobre o alumínio, em um movimento na direção contrária à liberalização comercial, com objetivo de proteger seu mercado doméstico e impactar as importações provenientes da China. Além da China, outros países como México, Canadá, Brasil e União Europeia foram afetados pela distorção que este movimento provocou nos preços dos produtos no mercado internacional. (LAPORTA, GOMES, 2018).

O aumento das tarifas de importação do aço e do alumínio, é considerado o primeiro grande ato protecionista do governo Trump e, ao ser anunciado, o governo estadunidense argumentou que seria uma maneira de incentivar a produção interna, além de constituir uma questão de segurança nacional evitar que Estados Unidos se torne dependente de matéria prima importada. O presidente estadunidense também reclamou publicamente do déficit comercial⁴⁷ estadunidense, que em 2017 alcançou 556 bilhões de dólares, o índice mais alto desde 2008. Desse valor, 375,2 bilhões de dólares são provenientes do comércio com a China (CASTRO, 2018; LAPORTA, GOMES, 2018).

A disputa comercial em questão, uma vez iniciada, não foi restrita às tarifas de aço e alumínio. Os Estados Unidos taxaram 1300 produtos chineses de alto valor agregado, como aparelhos eletrônicos, maquinário industrial, produtos químicos e farmacêuticos, cujo somatório total chega a 50 bilhões de dólares. Como forma de retaliação, a China anunciou a mesma taxa sobre 106 produtos americanos, como aviões, automóveis, produtos químicos e soja, produtos cujo somatório total equivale ao valor americano. Após o anúncio chinês, Donald Trump declarou que pretende impor mais 100 bilhões de dólares em tarifas aos produtos importados do país (EL PAÍS, 2018; LAPORTA, GOMES, 2018).

Além disso, o governo dos Estados Unidos acusa os chineses de roubo de propriedade intelectual e apropriação de tecnologia alheia, o que estaria

⁴⁷ É a diferença entre o montante importado e exportado por uma economia em determinado horizonte temporal (LAPORTA, GOMES, 2018)

acontecendo porque as empresas que são controladas pelo governo chinês compram fatias das empresas estadunidenses para ter acesso aos métodos de produção e depois os reproduz. Ademais, o Departamento de Comércio dos Estados Unidos acusaram o governo chinês de usar regras mais rígidas no tratamento às empresas estadunidenses para dificultar o acesso das mesmas ao país (CASTRO, 2018; LAPORTA, GOMES, 2018).

A China, por outro lado, acusou o governo dos Estados Unidos de estar praticando um ato unilateral de protecionismo, o que causa distorções no comércio internacional ao influenciar no preço de produtos, como aço e alumínio. Além de taxar os produtos estadunidenses como forma de retaliação, a China também recorreu à Organização Mundial do Comércio (OMC), organização responsável por definir as regras do comércio e soluções de conflitos, como forma de solicitar auxílio na questão contra os Estados Unidos (LAPORTA, GOMES, 2018).

No âmbito da OMC, os Estados Unidos solicitaram consultas com a China em 23 de março de 2018, sobre medidas de proteção à propriedade intelectual. Em 4 de abril de 2018, a China solicitou consulta com os Estados Unidos novamente, sobre medidas tarifárias impostas aos produtos chineses. Em 5 de abril de 2018, a China solicitou nova consulta aos Estados Unidos sobre supostas obrigações que teriam sido impostas às importações de produtos siderúrgicos e alumínio. Em 1 de junho de 2018, a União Europeia solicitou consulta aos Estados Unidos sobre determinadas medidas impostas para supostamente ajustar as importações de aço e alumínio. Em 16 de julho de 2018, os Estados Unidos solicitaram consultas com a China relativo à imposição de direitos adicionais em relação a determinados produtos originários dos Estados Unidos. Por fim, em 23 de agosto de 2018, a China solicitou consultas com os Estados Unidos a respeito de certas medidas tarifárias supostamente impostas a certas mercadorias provenientes da China (OMC, 2019)

Essa disputa comercial produziu alterações no comércio de outros países. O Brasil, por exemplo, se beneficiou com o aumento do preço do petróleo e do fato do governo chinês ter aumentado em 25% a tarifa de importação da soja estadunidense. Com isso, aumentou a exportação do grão brasileiro, que, em agosto de 2018, aumentou 20% em comparação com o mesmo período em 2017 (GAVRAS, 2018).

No âmbito da APEC, a China e os Estados Unidos usam a região como campo de batalha na disputa por poder e influência, com diversos países entre as 21 economias do Fórum escolhendo um lado para apoiar. É possível citar Papua Nova Guiné e Austrália, por exemplo, compartilham a opinião de que é necessário “conter a expansão da China. Ao mesmo tempo, o governo chinês anunciou doações de 4 bilhões de dólares para obras de infraestrutura na Papua Nova Guiné, com intenção de fomentar a cooperação entre os países e tornar seus interesses mais alinhados no que tange às dinâmicas comerciais e geopolíticas da região (TISDALL, 2018).

As relações entre Estados Unidos e China, portanto, no que diz respeito à disputa comercial em curso, se encontram em um momento delicado. No entanto, é importante ressaltar que ambas as economias ainda apresentam alto nível de interdependência, considerando que o volume de comércio entre os países é bastante elevado. No ano de 2017, o comércio internacional de bens e serviços entre China e Estados Unidos totalizou mais de 700 bilhões de dólares. De acordo com o Departamento de Comércio dos Estados Unidos, a China representou o terceiro maior parceiro comercial para exportações americanas, com o montante de 75 bilhões de dólares em exportações, bem como o maior fornecedor das importações feitas pelo país, cujo volume total de importações totalizou 635 bilhões de dólares. Em 2015, o comércio internacional com a China, no que tange à exportação de bens e serviços, foi responsável pela manutenção de mais de 911.000 empregos nos Estados Unidos, muitos dos quais ainda são mantidos até o presente momento (OFFICE OF THE UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, 2019). Nesse sentido, é vital entender as peculiaridades das relações entre os países e os possíveis desdobramentos da disputa comercial em curso, sobretudo no que tange às consequências possíveis para a APEC e a região da Ásia-Pacífico.

6. ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A presente seção apresentará algumas das estratégias defendidas pela APEC para fomentar o desenvolvimento regional, em acórdância com os princípios estabelecidos pelo próprio bloco. Assim, é possível citar a defesa da propriedade intelectual, o incentivo à formação de cadeias globais de valor e o desenvolvimento sustentável. Estas estratégias de desenvolvimento se relacionam e se manifestam no contexto discutido pela APEC na medida que há divergências em relação à propriedade intelectual, especialmente entre China e Estados Unidos, ao mesmo tempo em que esses países configuram entre os maiores poluidores do mundo para perseguir seus objetivos de crescimento econômico, e, por fim, as cadeias globais de valor são indispensáveis ao crescimento do comércio na região Ásia-Pacífico.

6.1 Defesa da Propriedade Intelectual

Propriedade Intelectual pode ser concebida como um ativo intangível capaz de gerar valor a quem o utiliza. Tal propriedade é tratada conforme as regras de uma propriedade tangível qualquer. Sua posse e o direito a compra e venda são garantidos, assim como punições aos que infringirem as determinações legais. No entanto, devido à sua natureza, a avaliação e a quantificação de uma propriedade intelectual são complexas e levam em consideração as características do ativo, seu estágio de utilização, previsões de mercado e dados industriais para que um valor final objetivo seja determinado. Uma patente, por exemplo, considerada como o direito à exclusividade de uso, garantido ao inventor de produto ou processo, é geralmente limitada a um período de vinte anos a partir da data de registro, enquanto uma marca registrada, símbolos que distinguem marcas e produtos, apresentam, por via de regra, respaldo legal máximo de dez anos, passíveis de renovação (APEC, 2018)

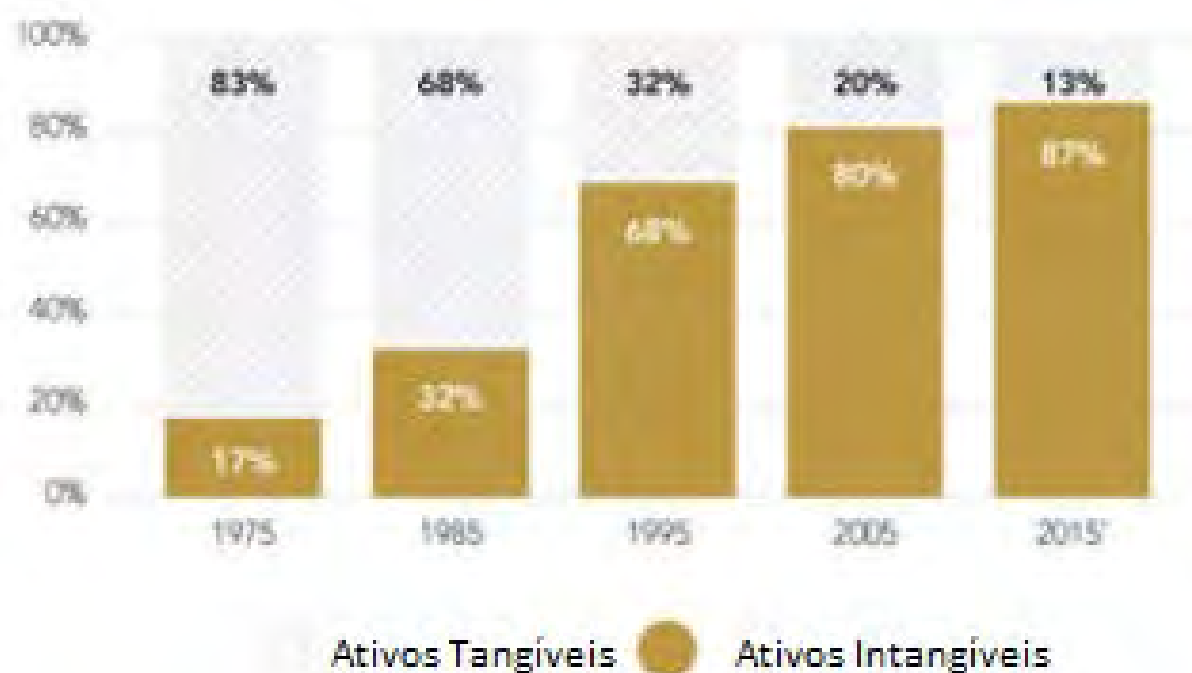
No campo prático, uma legislação consolidada nessa área do Direito é crítica para promover inovações industriais e garantir a competitividade de companhias voltadas para o desenvolvimento de novas tecnologias. Uma ocorrência clara desse fenômeno é percebida na indústria farmacêutica, na qual é necessária uma

alocação considerável de tempo e recursos em pesquisas para a criação de um novo medicamento cujo preço de produção unitária é baixo (KRIST, 2018). Outro caso é o relacionado à organização empresarial, em que métodos e estratégias de gestão são pilares para a estratégia corporativa (NIGEL *et al.*, 2006). Ademais, tal legislação assegura também investimentos por meio de fontes tradicionais, como o bancário, o capital de risco, investimentos privados e subvenções governamentais, parcerias e alianças, principalmente quando se dão entre pequenas e médias empresas e grandes corporações globais (APEC, 2017).

Em adição, o crescimento em décadas recentes da dependência do mercado mundial dos ativos intelectuais tornou imperativo medidas legais e práticas para ampará-los. Conforme estudo realizado em 2015 pelo Banco Comercial de Capital Intelectual Ocean Tomo, LLC, cujos resultados podem ser encontrados no gráfico abaixo, em um período de 40 anos, o valor atribuído aos ativos intangíveis em relação ao valor de mercado das 500 maiores empresas americanas saltou de 17% do total em 1975, para 84% em 2015. Dessa maneira, a política econômica interna dos países no geral precisou ser alterada de modo a entrar em conformidade com tais mudanças, como explicitou Alan Greenspan, ex-Presidente da Reserva Federal dos Estados Unidos, que ocupou o cargo de 1987 a 2006 (APEC, 2018):

“Em décadas recentes, a fração da produção total da economia dos Estados Unidos que é essencialmente conceitual ao invés de física vem crescendo. A tendência, por necessidade, mudou a ênfase da avaliação de ativos partindo da propriedade física para a intelectual e para os direitos legais inerentes à propriedade intelectual.” (tradução livre, APEC, 2018)

Gráfico 2: Contribuição de Ativos Intangíveis para o valor de mercado de 500 componentes da S&P entre 1975 e 2015



Fonte: Estudo da Ocean Tomo, LLC's de 2015 sobre o valor de mercado de Ativos Intangíveis Value

Por outro lado, as desvantagens dos direitos à propriedade intelectual se mostram recorrentes, sobretudo em países em desenvolvimento, visto que o período de proteção à patente está diretamente relacionado com a demora com que a competição se estabelece e, conseqüentemente, com que produtos semelhantes de baixo custo entram no mercado (GLEESON *et al.*, 2008). Retomando o exemplo da indústria farmacêutica, isso representa um atraso na introdução de genéricos, considerada a melhor forma de trazer medicamentos a um preço acessível em países em desenvolvimento (WANING *et al.*, 2009). Ademais, não há relação empiricamente comprovada entre a proteção de patentes e investimentos em pesquisas e desenvolvimento nesses países (PARK, 2007) ou entre a adoção da exclusividade de dados e a quantidade de investimentos na indústria farmacêutica local (PALMEDO, 2013), reduzindo as vantagens estipuladas. Por fim, não há tampouco evidências de que direitos à propriedade intelectual fortes incentivem companhias farmacêuticas dessas nações a desenvolverem tratamentos para doenças endêmicas locais (KYLE; MCGAHAN, 2012).

A APEC, no que tange à defesa da propriedade intelectual, não interfere na autonomia dos países sobre sua legislação. Por isso, as políticas desse tema variam

de economia para economia, apesar de passarem por um processo gradual de uniformização, resultante tanto da existência de tratados internacionais, como o da Organização Internacional de Comércio de 1994 (TRIPS), que visava justamente criar condições para esse processo por meio do estabelecimento de referências globais no assunto, como de ações internas do bloco que focam no auxílio na implementação desses tratados (APEC, 2017). A prática de maior destaque nesse sentido é o Grupo de Especialistas em Direito à Propriedade Intelectual, submetido ao Comitê de Comércio e Investimento. O grupo, que se encontra duas vezes ao ano, tem como principais objetivos aprofundar os diálogos sobre políticas de Propriedade Intelectual, intercambiar informações sobre o *status* atual do direito à propriedade intelectual e dos sistemas administrativos, estudar medidas para reforçar os direitos à Propriedade Intelectual, implementar completamente as medidas estabelecidas no TRIPS e facilitar a cooperação técnica entre as nações (APEC, 2018)

Tendo em vista tais considerações, a relação entre os governos se dá de uma maneira mais orgânica, partindo de acordos bilaterais ou entre grupos dentro do bloco, como o TPP. Mesmo que diversos países compartilham de características econômicas semelhantes, baseadas em pequenas e médias empresas, de modo a lhes conferir políticas de suporte financeiro parecidas, e sejam signatários de tratados comuns, a diferença de níveis de desenvolvimento é um entrave à tomada de decisões (APEC, 2017). Um exemplo é o acordo relacionado ao direito à Propriedade Intelectual aprovado no TPP em 2015, após 5 anos de discussão, que traz menos flexibilidade às leis relacionadas à produção de medicamento. A posição firme dos representantes dos Estados Unidos e do Japão levou a um documento final avaliado como “um dos piores tratados comerciais para acesso a medicamentos em países em desenvolvimento”, segundo crítica do Médicos Sem Fronteiras (MSF, 2015). De acordo com a organização, o capítulo do acordo sobre Propriedade Intelectual forçará os governos de países menos favorecidos a incorporarem proteções abusivas à Propriedade Intelectual, o que representará um impacto considerável na saúde populacional (GLEESON *et al.*, 2008).

As disputas diplomáticas entre países causadas pela apropriação indevida de propriedade intelectual também constitui uma situação alarmante digna de

nota. Um dos casos de maior destaque é o vivido entre Estados Unidos e China, no qual a nação americana acusa a asiática de roubar repetitivamente ativos estadunidenses e propõe um aumento de 25% nas tarifas de importações. A situação é agravada ainda pela dependência das companhias estadunidenses da economia chinesa, tanto no âmbito tecnológico quanto na cadeia produtiva, o que as deixa à mercê de retaliações de Pequim, e da política interna do país asiático, que restringe a presença de empresas estrangeiras apenas àquelas que realizarem *joint venture*⁴⁸ com empresas locais, de modo a expô-las à apropriação indevida de tecnologia (VOLODZKO, 2018).

6.2 A Valorização da Cadeia de Suprimentos Global na Região do Pacífico

Em se tratando das cadeias de suprimentos globais na região do Pacífico, a cadeia de suprimentos da APEC é de responsabilidade do Comitê de Comércio e Investimento⁴⁹ (CTI) que foi criado em 1993 e teve seu escopo de atuação ampliado pela Agenda de Ação de Osaka de 1995. O Comitê proporciona aos 21 países membros da APEC um fórum para discutir sobre políticas comerciais com o objetivo de incentivar maior liberalização do comércio e promoção do investimento (APEC, 2018b).

Dentre os subgrupos e diálogos coordenados pelo CTI está o Diálogo Público-Privado Ad-hoc⁵⁰ na qual se encontra a Aliança APEC para Conectividade da Cadeia de Suprimentos (A2C2)⁵¹. O Comitê instaurou o Plano Estratégica da APEC para a Promoção do Desenvolvimento e Cooperação das Cadeias Globais de Valor⁵² (Plano CGVs) em 2014 quando foi acordado pelos líderes dos países membros (APEC, 2018b).

As Cadeias Globais de Valor (CGVs) são o conjunto das atividades

⁴⁸ Joint-venture é uma maneira através da qual duas ou mais empresas se unem para abordar diferentes mercados. Essa junção é feita por meios legais e estabelecida por contrato (LIMA; CARVALHO, 2013; JEANNET; HENNESSEY, 1998) e pode ou não originar uma nova empresa para a realização do projeto em comum cuja duração pode ser longa ou curta, mas necessariamente com um prazo estabelecido. (MIRANDA; MALUF, 2002)

⁴⁹ Committee on Trade and Investment

⁵⁰ Ad-hoc Public-Private Dialogue

⁵¹ APEC Alliance for Supply Chain Connectivity (A2C2)

⁵² [APEC Strategic Blueprint for Promoting Global Value Chains Development and Cooperation \(GVCs Blueprint\)](#)

necessárias para que um bem seja produzido e entregue ao consumidor final. Esse processo é nomeado de CGV porque a produção é feita em estágios que agregam valores adicionados. Em cada etapa o produtor adquire os insumos e emprega os fatores de produção: capital, terra e trabalho, e os rendimentos desses fatores integrarão o valor adicionado. Os grupos de etapas podem ser executados por mais de uma firma, e se essas firmas estiverem situadas em diferentes países, há, então, uma cadeia de valor que é global (FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, 2019).

As Cadeias Globais de Valor são uma característica da economia globalizada, tornando indispensável a compreensão das atividades de negociação e os processos que agregam valor às mercadorias que cruzam as fronteiras, para que possa ser criada a infra estrutura e as políticas de regulação adequadas de modo que as transações comerciais sejam mais eficazes. Assim, espera-se que as CGVs “facilitem o crescimento sustentável, inclusivo e equilibrado” na região (tradução livre, APEC, 2018c).

O Plano implementado pelo Comitê visa o desenvolvimento e cooperação das CGVs e é formado por projetos de nove linhas de trabalho, conforme expressas na tabela a seguir:

Tabela 2 - Linhas de Trabalho das Cadeias Globais de Valor

Linha	Tópico	País
Linha de trabalho 1	Abordar as questões de comércio e investimento que afetam as CGVs	EUA
Linha de trabalho 2	Mensuração da CGVs da APEC e comércio de valor adicionado (TiVA ⁵³)	EUA; China
Linha de trabalho 3	Perceber o papel crítico do comércio de serviços dentro das CGVs	Austrália
Linha de trabalho 4	Permitir que economias em desenvolvimento participem de CGVs	Indonésia; China
Linha de trabalho 5	Ajudar as pequenas e médias empresas a se beneficiarem das CGVs	Coreia

Linha de trabalho 6	Melhorar o clima de investimento para o desenvolvimento de CGVs	Japão
Linha de trabalho 7	Adaptar medidas eficazes de facilitação do comércio	Singapura
Linha de trabalho 8	Melhorar a resiliência de CGVs	Japão
Linha de trabalho 9	Integração de parcerias público-privadas e diálogos em planos de trabalho	----

Fonte: APEC, 2018c

A APEC considera que a implantação dessas Linhas de Trabalho contidas no Plano Estratégico são indispensáveis para fortalecer os laços econômicos mútuos. Além disso, devem também permitir que a economia regional seja resiliente às flutuações do mercado, inclusiva e cada vez mais interdependente (APEC, 2018c).

É importante frisar também que a ampliação do prestígio das Cadeias de Valor Global no comércio mundial origina obstáculos às estatísticas normais de comércio, já que as CGV evidenciam problemas intrínsecos aos modos habituais de medir o comércio. Além disso, exige a avaliação de novos indicadores para que a produção seja totalmente assimilada (FGV, 2019).

6.3 Desenvolvimento Sustentável

O desenvolvimento sustentável passou a ser uma preocupação da APEC desde 1993 quando os países membros assinaram uma declaração se comprometendo com o desenvolvimento de maneira sustentável. A definição de desenvolvimento sustentável surgiu na Organização das Nações Unidas no relatório *Nosso Futuro Comum* publicado em 1987, e que definiu o “desenvolvimento sustentável como a capacidade de satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender suas próprias necessidades” (tradução nossa, ONU, 1987). A *Carta da Terra* de 2002 e que foi aprovada pela ONU evidenciou a relevância da criação de uma sociedade sustentável edificada no “respeito pela natureza, nos direitos humanos universais,

na justiça econômica e numa cultura da paz” (CARTA DA TERRA, 2002).

A responsabilidade dos Estados membros da APEC em se desenvolverem de maneira sustentável está expressa na Declaração de Visão Econômica⁵⁴ assinada pelos líderes econômicos do Fórum em 1993, em Blake Island, nos Estados Unidos. À época, participaram desta reunião e assinaram a Declaração os representantes de 14 países (Austrália, Brunei, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, Filipinas, Hong Kong, Indonésia, Japão, Nova Zelândia, Singapura, Tailândia e Taipei) (APEC, 2015).

A respeito de desenvolvimento sustentável, erroneamente, é comum que se entenda apenas como uma preocupação com o meio ambiente, porém este conceito é muito mais amplo. O desenvolvimento sustentável só pode ser alcançado quando o crescimento econômico é atrelado à proteção e preservação ambiental, bem como à participação e avanço nos campos políticos e sociais (SANTOS *et al.*, 2012).

O fator ambiental e a preocupação em promover uma forma de desenvolvimento em conformidade com os princípios e mecanismos do desenvolvimento sustentável é um aspecto bastante presente nas relações e interações entre as economias constituintes da APEC:

“Nossa população compartilha os benefícios do crescimento econômico por meio de renda mais alta, empregos altamente qualificados e com altos salários e maior mobilidade.

O aprimoramento da educação e do treinamento gera taxas crescentes de alfabetização, fornece as habilidades para manter o crescimento econômico e estimula o compartilhamento de ideias que contribuem para as artes e ciências.

O nosso ambiente é melhorado à medida que protegemos a qualidade dos nossos espaços aéreos, aquáticos e verdes e gerimos as nossas fontes de energia e recursos renováveis para garantir um crescimento sustentável e proporcionar um futuro mais seguro para os nossos povos.

Reconhecemos que essa visão só se tornará realidade se trabalharmos juntos para protegê-la. Estamos convencidos de que podemos ter sucesso. Nós pretendemos usar nossa visão compartilhada como um guia para desenvolver o futuro da nossa região” (tradução livre, DECLARAÇÃO DE VISÃO ECONÔMICA, 1993).

Nos anos seguintes, a preocupação com o desenvolvimento sustentável se manteve em destaque durante as reuniões da APEC por meio de declarações e

54 Economic Vision Statement

planos. Por exemplo, em 1994, foram adotadas as Declaração de Visão Ambiental⁵⁵ e a Estrutura de Princípios para Integrar a Economia e Desenvolvimento na APEC⁵⁶. Em 1996 os Ministros da APEC decidiram que seria feita uma revisão anual das atividades da APEC relacionadas ao desenvolvimento sustentável de modo a monitorar a evolução das ações implementadas, coordenar e orientar os fóruns da APEC a cada ano (APEC, 2015).

Por ser um tema multidisciplinar, as discussões sobre desenvolvimento sustentável se mantêm constantes durante os fóruns da APEC, por exemplo, foi estabelecida como uma das prioridades da APEC de 2019 “visar o crescimento inclusivo, onde todos se beneficiem da integração e do progresso, em particular mulheres e pequenas e médias empresas; e assumir um dos maiores problemas que a humanidade enfrenta hoje, tais como as mudanças climáticas e o aquecimento global” (tradução livre, APEC, 2018; APEC, 2015).

55 Environmental Vision Statement

56 Framework of Principles for Integrating Economy and Development in APEC



7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A informalidade, característica intrínseca à APEC, espelha o ideal pelo qual foi criada de ser um bloco de cooperação, voltado para o desenvolvimento econômico sustentável e interdependente dos membros e promover a integração da região Ásia-Pacífico (APEC, 2018). A diversidade dos países que compõem o bloco, política, religiosa, econômica e étnica por outro lado, acarreta em discordância quanto à maneira de promover o regionalismo aberto (BURANAKANITS; CARDENAS, 1999).

Acordos na região Ásia-Pacífico como o RCEP e o TPP, especialmente o último, demonstram que os países membros da APEC estão empenhados com a interdependência e o desenvolvimento da região, bem como o futuro do bloco. A Parceria Transpacífica (TPP) firmada em 2015 e que reunia 12 países membros que juntos correspondiam a 40% do PIB mundial e cerca de 790 milhões de habitantes, criou um mega acordo regional que visava o aprofundamento da integração econômica, estímulo ao investimento entre os países membros, fortalecimento das políticas ambientais, padronização das leis trabalhistas, entre outros. O TPP surgiu com o objetivo de elevar a relevância estadunidense na região asiática promovendo os interesses do país em áreas como propriedade intelectual, trabalho e meio ambiente, além de conter o avanço da influência chinesa (CARNEIRO, 2015; CASTRO, 2017).

Contudo, a partir da administração de Donald Trump, houve a retirada dos Estados Unidos do TPP com a justificativa de retomar a economia estadunidense que estaria enfraquecida devido à redução das barreiras comerciais no mundo. Ademais, a saída dos Estados Unidos do TPP abre caminho para o crescimento da influência chinesa na região Ásia-Pacífico, considerando que a China terá mais oportunidades de se projetar nas dinâmicas da região estreitando seus laços bilaterais e multilaterais com os países remanescentes no TPP (CASTRO, 2017).

Ainda no contexto China-Estados Unidos, em 2018 eclodiu uma disputa comercial entre os dois países, causando distorções no livre comércio internacional. Os Estados Unidos decidiram taxar 1300 produtos chineses que somam 50 bilhões de dólares, e a China, em retaliação, taxou 106 produtos estadunidenses que

também somam 50 bilhões de dólares (EL PAÍS, 2018; LAPORTA, GOMES, 2018). O imbróglio comercial ainda está em andamento, bem como a disputa por influência na região. Contudo, é necessário ter em mente o alto nível de interdependência econômica e comercial apresentado pelos dois países, dado o elevado fluxo de importação e exportação historicamente apresentado, bem como os desdobramentos que esta situação pode representar para a geopolítica da região (OFFICE OF THE UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, 2019).

A APEC, ainda, atua ativamente ao fomentar as estratégias de desenvolvimento em conformidade com os princípios de sua agenda dentre os países membros. Como estratégia de desenvolvimento defendida pela APEC, é possível elencar o incentivo à propriedade intelectual, a formação de cadeias globais de valor e o desenvolvimento de acordo com procedimentos e mecanismos sustentáveis. No campo da propriedade intelectual, a APEC não atua diretamente, ou seja, não interfere na autonomia dos países sobre sua legislação. Contudo, mantém o Grupo de Especialistas em Direito à Propriedade Intelectual que se reúne semestralmente para discutir temas relacionados (APEC, 2018). Em relação às Cadeias Globais de Valor, a APEC divide em nove Linhas de Trabalho consideradas indispensáveis para o fortalecimento dos laços econômicos e tornar a economia regional resiliente às flutuações do mercado, inclusivas e interdependentes (APEC, 2018c). Se tratando de desenvolvimento sustentável, um tema presente nas discussões da APEC desde 1993 com a Declaração de Visão Econômica, os países membros se comprometeram a aderir às práticas, aliando crescimento econômico aos objetivos de manutenção de uma conjuntura social, política e econômica favorável e durável.

Dessa forma, conforme exposto, a APEC constitui um fórum muito diversificado e ambicioso. Sua atuação visando promover a integração regional entre as economias membros é estendida a diversas frentes. Ademais, em um contexto atual, o fórum enfrenta desafios como a saída dos Estados Unidos do TPP e a disputa comercial entre o país e a China. Nesse sentido, é esperado deste comitê que os delegados, atuando como líderes das economias da APEC, busquem a melhor solução para os desafios que a nova conformação do referido acordo trará para as economias envolvidas, e também que consigam encontrar soluções para fomentar

a questão da integração regional e do livre comércio.

8. POSICIONAMENTO DAS REPRESENTAÇÕES

8.1. Austrália

A Reunião de Ministros da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC) sediada em Papua Nova Guiné terá para a Austrália como principal desafio fomentar a cooperação entre as duas principais potências do Fórum, os Estados Unidos e a China. A Austrália se concentra no desenvolvimento da região do Pacífico e se encontra em uma posição sensível pois é uma parceira longínqua dos Estados Unidos ao mesmo tempo em que possui como uma das maiores parceiras comerciais a China. Portanto, é de interesse do país a intensificação das relações entre os países membros da região Ásia-Pacífico. Outrossim, defende o livre comércio e a responsabilidade monetária dos países a fim de evitar dívidas que não possam ser honradas (AUSTRALIA, 2018; APEC, 2018).

Visando fortalecer as relações entre os países parceiros da APEC, uma série de políticas de desenvolvimento estão sendo adotadas: o governo australiano implementará um novo pacote de bolsas para que estudantes da região do Pacífico estudem em escolas australianas; será criado o *Pacific Australia Card* que facilitará a visita de esportistas, políticos e empresários da região ao país. Ademais, em parceria com os Estados Unidos irá expandir a base naval de Lombrum em Manus Island; e, também, com o auxílio dos Estados Unidos, do Japão e da Nova Zelândia, financiará um grande projeto de eletrificação na Papua Nova Guiné (AUSTRALIA, 2018).

8.2. Banco de Desenvolvimento Asiático (BDA)

O Banco de Desenvolvimento Asiático foi criado em 1960 como uma instituição financeira com o objetivo de fomentar crescimento econômico e cooperação entre os países da Ásia. Nesse sentido, o BDA financia investimentos para promover projetos, nos setores público e privado, que vão alavancar o desenvolvimento econômico e social da região (ASIAN DEVELOPMENT BANK,

2019).

Dessa forma, o Banco irá gerir os recursos à sua disposição para financiar o desenvolvimento dos países asiáticos, por meio do investimento e concessões aos projetos nacionais e regionais que contribuirão para fomentar o crescimento econômico eficaz, sobretudo voltado para para as necessidades dos países membros em estágio de desenvolvimento. Além disso, o Banco também possibilita assistência técnica no planejamento e execução destes projetos. A atuação do Banco ocorre de maneira conjunta com inúmeras outras instituições e organizações internacionais de participação multilateral, com destaque para a Organização das Nações Unidas e seus órgãos subsidiários, incluindo, em particular, a Comissão Econômica para a Ásia e o Extremo Oriente. Nesse sentido, há a coordenação de ações conjuntas que visam a arrecadação de fundos para o desenvolvimento na região de acordo com princípios de sustentabilidade e inclusividade (ASIAN DEVELOPMENT BANK, 2019). Por se tratar de uma representação convidada para participar da Reunião de Ministros da APEC na condição de observador, não apresenta prerrogativa de voto.

8.3. Brunei Darussalam

Brunei Darussalam é um Estado-Membro da ASEAN e sua economia está em desenvolvimento, porém ainda é muito dependente da iniciativa privada para impulsionar sua economia doméstica . Busca na APEC a diversificação de sua economia, pois atualmente exporta majoritariamente gás natural e óleo. Por isso, o país pede que os demais membros do Fórum continuem com o multilateralismo econômico e que se mantenham abertos e dispostos a parcerias entre as nações (AFP, 2018).

Tendo na China o seu principal parceiro comercial, estes dois países possuem acordo comercial e de cooperação bilateral (YAN, 2018) sendo que a China se comprometeu a fortalecer ainda mais a cooperação entre os dois países, investindo na infraestrutura de Brunei (XINHUA, 2018). Por fim, Brunei almeja que os demais países da APEC continuem trabalhando para que o comércio e os investimentos aumentem a partir de maior cooperação entre si.

8.4. Canadá

O Canadá, como membro fundador da APEC, visa continuar fortalecendo e estreitando laços nas relações de negócios com os países da região da Ásia-Pacífico. A criação de padrões de desenvolvimento sustentável é um dos principais tópicos do país nesse bloco (CANADIANS, 2015). Ainda, o Canadá trabalha para que haja crescimento de sua cadeia de produtos e serviços manufaturados, o que requer o avanço das negociações com seus parceiros comerciais, pois grande parte da produção canadense depende de recursos advindos de outros países, movimentando cerca de US\$ 1.171.200,00 milhões de dólares somente através da indústria de minérios pesados (BELLUZZO;FRISCHTAK;LAPLANE, 2014).

A agenda da APEC permite ao Canadá firmar diversos acordos bilaterais e multilaterais durante as negociações, pois alguns dos principais parceiros comerciais do Canadá, como por exemplo a China, estão presentes e ativos no Fórum. Por fim, o grande objetivo do Canadá na APEC é transpor as barreiras comerciais na região Ásia-Pacífico, para que, através do desenvolvimento sustentável, as economias cresçam e o Canadá consiga desenvolver também seu setor de exportação de bens e serviços (GOVERNO DO CANADÁ, 2019).

8.5. Conselho Consultivo de Negócios da APEC (ABAC)

O ABAC corresponde ao Conselho Consultivo de Negócios da APEC, criado pelos Líderes Econômicos em 1995, e possui como objetivo assessorar a implementação da Agenda de Ação de Osaka e outras medidas voltadas para o setor empresarial. A composição do ABAC é feita por até três representantes do setor privado de cada economia membro da APEC, cuja indicação deve ser feita por seus respectivos Líderes, representando uma vasta gama de negócios, incluindo pequenas e médias empresas (ABAC, 2017).

O principal objetivo do ABAC para o presente ano é fomentar o crescimento econômico inclusivo e colaborativo na era digital. Além disso, o Conselho busca construir comunidades sustentáveis por meio da inovação social, inclusão financeira através da inovação tecnológica e desenvolvimento sustentável. Dessa forma, é almejada a promoção de regulações eficientes para avançar e reafirmar o compromisso com o processo de integração econômica a nível regional (ABAC,

2017). Por se tratar de uma representação convidada para participar da Reunião de Ministros da APEC na condição de observador, não apresenta prerrogativa de voto.

8.6. Conselho Consultivo de Negócios da ASEAN (ASEAN-BAC)

O Conselho Consultivo de Negócios da ASEAN (ASEAN-BAC), de forma análoga ao ABAC, foi criado pelos Chefes de Estado e Governo da ASEAN na 7ª Cúpula da ASEAN em 2003, com o objetivo de fornecer uma orientação do setor privado para impulsionar os trabalhos da ASEAN no que tange à integração econômica regional. Nesse sentido, o Conselho identifica áreas de atuação que devem ser consideradas prioritárias dentre a agenda da ASEAN, revisando questões para facilitar e promover mais cooperação econômica entre os países membros (ASEAN BAC, 2018).

Nesse sentido, a missão do ASEAN-BAC se pauta na coordenação de conselhos empresariais voltados para o fomento da integração econômica regional por meio da gestão de recursos coletivos advindos do setor privado. Além disso, busca implementar o crescimento econômico mais inclusivo e sustentável, envolvendo diversos segmentos dentre o setor privado das economias membros (ASEAN-BAC, 2018). Por se tratar de uma representação convidada para participar da Reunião de Ministros da APEC na condição de observador, não apresenta prerrogativa de voto.

8.7. Chile

Um dos principais objetivos do Chile na APEC é fazer da integração regional o caminho para incentivar o livre comércio e firmar numerosos acordos. Ainda, o Chile tem como objetivo se posicionar como uma nação forte no comércio digital, de serviços e na atuação das pequenas e médias empresas, impulsionando sua inserção internacional (XINHUA, 2019).

O Chile busca aliar as práticas do desenvolvimento sustentável para atingir maiores níveis de crescimento econômico. O país está em negociação com o Canadá, a China e as Filipinas para que os acordos de livre comércio (FTA) bilaterais entre estas nações, no que diz respeito à comércio e serviços, saiam do papel. (APEC

CHILE, 2019). Por fim, o Chile busca, fortalecer a APEC e utilizá-la para projetar sua economia frente aos países da região Ásia-Pacífico, no que diz respeito aos acordos de livre comércio.

8.8. China

A China historicamente desempenhou um papel de destaque na APEC desde sua adesão no ano de 1991, e desde então, buscou incentivar a maior liberalização dos negócios e investimentos entre os países constituintes do Fórum. A China busca a implementação de um sistema de negociação multilateral, com enfoque na cooperação e no desenvolvimento da região Ásia-Pacífico (GUPTA, 2018).

A China almeja, em conjunto com os demais membros da APEC, discutir sobre desenvolvimento sustentável, telecomunicações e questões relacionadas ao clima. Ainda nesse sentido, China e Estados Unidos assinaram em Beijing um acordo no qual se comprometem a utilizar mais combustíveis renováveis até 2030, demonstrando comprometimento com a agenda sustentável e incorporando atividades que aliem crescimento econômico e sustentabilidade ambiental à sua dinâmica econômica (GUPTA, 2018).

Por fim, sendo Hong Kong, Coreia do Sul e Japão seus principais parceiros comerciais dentro do Fórum, a China espera manter as boas relações comerciais e políticas com estes atores e também se mostra contrária à posição estadunidense no que tange uma aproximação bilateral entre as duas nações.

8.9. Coreia do Sul

A Coreia do Sul é um dos Tigres Asiáticos⁵⁷ mais influentes na região do Sudoeste Asiático, se mostrando um ator estratégico nesta parte do globo. Durante a Reunião de Ministros da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC) sediada em Papua Nova Guiné, a potência coreana, diante das divergências político-econômicas entre Estados Unidos e China, se encontra dividida entre as duas grandes economias do bloco. A Coreia do Sul prioriza as relações da APEC, se

57 Tigres Asiáticos é como são conhecidos os países que possuem as economias mais desenvolvidas do sudoeste asiático, sendo eles: Coreia do Sul, Hong Kong, Singapura e Taiwan. Esses países, a partir dos anos 60, passaram a focar suas economias na exportação; o “boom” econômico se deu a partir da produção em larga escala e com mão de obra barata (MAGNO et al., 2011).

unindo diversas vezes aos membros para combater empecilhos no desenvolvimento do comércio regional, como a doação para fundos da APEC, chegando a uma quantia de US \$ 700.000, para alimentar os projetos do bloco (APEC, 2018).

Visando fortalecer as relações regionais da APEC, o país possui diversas parcerias com os demais membros, com destaque para Estados Unidos e China, procurando manter a movimentação comercial na região. Os acordos bilaterais e multilaterais proporcionam uma maior integração da economia coreana no cenário internacional, colocando o país em posições como o sexto maior parceiro na comercialização de bens entre os Estados Unidos e, também, como um dos principais parceiros comerciais da potência chinesa (LIMA, 2017).

8.10. Estados Unidos da América

Os Estados Unidos se encontram em uma posição estratégica e delicada visto que a Reunião de Ministros da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC) sediada em Papua Nova Guiné terá como principal desafio a cooperação entre potência norte americana e a China. Os Estados Unidos constituem um grande provedor de investimentos para os países-membros e, conseqüentemente, estimula constantemente o desenvolvimento na região do Pacífico. Apesar de suas divergências com a China no tocante ao comércio internacional, o país se mantém focado nos seus objetivos de promover a intensificação das relações entre o país e os membros da região Ásia-Pacífico. Além disso, defende a abertura do comércio na região, a fim de derrubar barreiras comerciais e gerar novos empregos⁵⁸.

Visando fortalecer as relações entre os países parceiros da APEC, o país possui diversos órgãos que auxiliam os demais em questões importantes, como The National Center for APEC (NCAPEC) e o US-APEC Technical Assistance to Advance Regional Integration (US-ATAARI), que reforçam a promoção do diálogo entre setores públicos e privados dos membros, assistência técnica, consultorias, entre outros. Tais projetos apresentam como objetivo proporcionar a um crescimento do comércio regional a nível internacional (NCAPEC, 2018).

⁵⁸<https://www.nathaninc.com/us-apec-technical-assistance-to-advance-regional-integration-us-ataari/>

8.11. Filipinas

As Filipinas constituem uma economia em ascendência, sendo considerada uma das 10 economias que cresceram em 2017 (BBC, 2017), através do estímulo ao consumo e gastos públicos, e, conseqüentemente, uma recuperação das exportações. Em 2017, o PIB real cresceu em 6,7% quando comparado ao ano anterior (CIA, 2019). Embora esteja em estágio de desenvolvimento, dentre os países membros da APEC, as Filipinas se encontram entre as três menores economias do bloco, com um PIB *per capita* de US\$ 2.989,00 em 2017 (APEC, 2019). O país vem para a reunião de líderes com uma visão crítica a respeito da fuga de novos talentos do país para economias mais prósperas em busca de melhores oportunidades de trabalho. No caso das Filipinas, mais de dez milhões de pessoas trabalham fora do país (EL COMERCIO, 2017).

É de interesse das Filipinas, portanto, a intensificação das relações entre os países situados na região Ásia-Pacífico, desde que preserve e aprimore talentos nacionais, por meio de maior integração econômica na região, sem que ocorra uma drenagem desses indivíduos de modo que proporcione seu êxodo do país (EL COMERCIO, 2014). Dessa forma, apoia as estratégias econômicas da APEC para o crescimento econômico inclusivo, como o incentivo de uma maior conectividade, maior liberalização do comércio e desenvolvimento centrado na capacitação de pessoas (FILIPINAS, 2018).

8.12. Hong Kong

Hong Kong se apresenta como um dos principais atores econômicos dentro da APEC, com um PIB *per capita* de US\$ 61.500,00 em 2017 (CIA, 2019). O país prioriza a APEC e incentiva constantemente o bloco, participando ativamente do Comitê de Comércio e Investimento (CIT) da APEC. Dessa forma, durante a Reunião de Ministros da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC) sediada em Papua Nova Guiné, buscará manter em pauta as Metas de Bogor. Portanto, é de interesse do país a intensificação das relações entre os países situados na região Ásia-Pacífico, a fim de um desenvolvimento inclusivo e da integração regional, uma vez que cerca de 80% do comércio exterior da potência advém de membros da APEC (HONG KONG, 2019).

Visando aprimorar as relações entre os membros da APEC, Hong Kong investiu em melhorias para o bloco, disponibilizando recursos e inteligência. Dentre os esforços de Hong Kong para a promoção de uma maior integração regional estão a disponibilização de um profissional do governo para trabalhar no setor administrativo e de finanças na sede a APEC, participa ativamente do CIT, tem trabalhado em conjunto com a Nova Zelândia para promover um uso mais amplo dos *Global Data Standards (GDS)*. Além disso, doou US\$150.000 ao *Sub-fund on Supply Chain Connectivity*, um fundo que busca fornecer apoio às economias da APEC que queiram lançar projetos que buscam aumentar a eficiência da cadeia de fornecimento de bens e promover uma maior conectividade na região (HONG KONG, 2019).

8.13. Indonésia

A Indonésia demonstrou muito interesse e preocupação com o impacto do uso cada vez maior da internet e da tecnologia digital no crescimento econômico do país, assim como ressalta a importância da inclusão da população no acesso às tecnologias digitais para o desenvolvimento econômico. Nas palavras do diretor-geral de negociações comerciais internacionais do Ministério do Comércio da Indonésia, Iman Pambagyo, a tecnologia digital alterou a forma como o comércio mundial funciona. Assim, é de interesse do governo que o país desfrute o máximo dos benefícios econômicos proporcionados pela tecnologia para que seja promovida a equalização do bem-estar. (INDONESIA, 2018). Ainda de acordo com Pambagyo “A Indonésia está ciente do fenômeno da economia digital. No futuro, queremos preparar várias políticas que não apenas são lucrativas, mas também proporcionam segurança e certeza” (INDONESIA, 2018).

Diante disso, as preocupações da Indonésia vão ao encontro dos objetivos da APEC. O Fórum destacou a necessidade de expandir o acesso de todas as camadas da sociedade Ásia-Pacífico na participação das atividades econômicas e comerciais, otimização do uso da tecnologia digital, a internalização de micro, pequena e médias empresas (PMEs), o aumento da conectividade na região, bem como criar um crescimento inclusivo e sustentável. (INDONESIA, 2018)

8.14. Japão

O Japão sempre foi um forte defensor da proposta de cooperação econômica multilateral da região Ásia-Pacífico e, desde a implantação da APEC, tem desempenhado um papel de liderança em meio às negociações dentro do Fórum. Na década de 1990, a APEC foi fundamental para os objetivos de liberalização do comércio, investimento e do desenvolvimento da região (TAKAHASHI, 2018).

Em 2018, a APEC adotou - com a concordância de todas as 21 economias - diretrizes sobre a qualidade do desenvolvimento de infraestrutura e de investimento. Essas diretrizes pedem abertura, transparência e solidez fiscal dos beneficiários para o financiamento de infraestrutura. O ministro da Economia, Comércio e Indústria do Japão, Hiroshige Seko, afirmou que “foi um resultado significativo, considerando que os países asiáticos vão promover a construção de infraestrutura” (2018, tradução livre). As diretrizes também representam um marco de acordo com Seko, visto que esta representa a primeira vez que são colocadas em um documento, ainda que não sejam obrigatórias (APEC, 2018).

8.15. Malásia

A Malásia demonstra muita preocupação com a política de livre comércio defendida por diversos países-membros da APEC. O primeiro-ministro malaio, Mahathir Mohamad, destacou em seu discurso que a globalização exclui um grande contingente de pessoas e aumenta a desigualdade dos indivíduos já marginalizados. Mohamad exemplificou sua posição lembrando que “os benefícios do comércio livre e justo e a integração econômica foram rompidos, exemplificado pelo Brexit e pelas guerras comerciais entre as principais economias” (2018, tradução livre), essa última parte fazendo referência às disputas comerciais entre a China e os Estados Unidos. (APEC, 2018).

O primeiro-ministro também destacou a importância da inclusão na era da tecnologia disruptiva “pois não é a tecnologia que expande a desigualdade de renda, e sim as políticas ruins”, assim, é necessário aprender com outros países para que as políticas ruins sejam evitadas. Além disso, também foi destaque a necessidade de traçar um futuro comum para os membros do Fórum. Segundo o primeiro-ministro malaio é responsabilidade da “APEC promover o conceito de prosperidade compartilhada entre seus estados membros. Eu acredito no ditado ‘Prospera teu

vizinho’ e não ‘Mendiga teu vizinho’. Todos ganham com o primeiro, enquanto apenas um lado ganha com o segundo” (10 THINGS, 2018).

8.16. México

O México reafirmou o apoio ao sistema multilateral de comércio, assim como também enfatizou que vem desenvolvendo trabalhos em diversas frentes com o objetivo de “construir um mundo mais conectado comercialmente, com regras claras e padrões elevados”, segundo o comunicado do Ministério da Economia. Ainda de acordo com o comunicado, "o trabalho deste ano concentrou-se no diálogo sobre o contexto global, integração econômica regional, crescimento sustentável e inclusivo na região, economia digital e reformas estruturais nas economias membros, bem como no futuro da APEC" (MÉXICO, 2018).

O cenário político mexicano em 2018 é considerado animador por sua população, já que neste ano foi realizada a maior eleição da história do país, denotando o cenário de possíveis mudanças na política comercial mexicana. Ademais, de acordo com uma pesquisa da PwC, o México ocupa a posição 12, dentre os 21 países para os quais os investimentos de países da APEC serão direcionados. (MENDOZA, 2018).

8.17. Nova Zelândia

A Nova Zelândia está ajudando a Papua Nova Guiné a realizar a conferência da APEC. O apoio de até U\$15 milhões do governo se destina à assistência e segurança, o que inclui treinamento da polícia e da força de defesa, uma vez que a Força de Defesa da Nova Zelândia (NZDF) irá fazer parte de uma força-tarefa multinacional para proteger os líderes mundiais. Esse suporte não afeta o programa geral da Nova Zelândia para com a Papua Nova Guiné, que se concentra em energia renovável, desenvolvimento agrícola e apoio à região autônoma de Bougainville (RADIONZ, 2018).

O Ministro do Comércio, David Parker, diz que, “apesar do nosso pequeno tamanho, a Nova Zelândia pode desempenhar um papel crucial nas negociações entre duas das maiores economias do mundo. Estamos tentando nos posicionar, em certa medida, como a ponte entre a China e os Estados Unidos”. Outrossim, o

governo neozelandês reafirma seu desejo de progresso e otimismo em relação às negociações da Parceria Econômica Integral Regional (RCEP) e seu compromisso para com o Grupo de Ação sobre Comércio Inclusivo (ITAG) (NEWSHUB, 2018).

8.18. Papua Nova Guiné

A Papua Nova Guiné é a anfitriã da semana dos líderes da APEC por deter a atual presidência do fórum. Essa semana de líderes na capital Port Moresby é um enorme desafio logístico para o governo local. A Austrália, os Estados Unidos, a Indonésia e a Nova Zelândia estão ajudando na área de provisões de segurança, enquanto a China auxiliou ao prover a infraestrutura necessária para o evento ocorrer. A conferência, de acordo com o Vice-Primeiro Ministro e Tesoureiro da Papua Nova Guiné, Charles Abel, era "parte da venda do país. Precisamos de investimento, precisamos de parcerias, precisamos de capital para desenvolver nosso país. Por isso, a APEC vai apresentar uma oportunidade maravilhosa de marketing" (RADIONZ, 2018).

Enquanto o governo espera fazer grandes anúncios na APEC sobre futuros projetos de gás natural (GNL) e de energia hidrelétrica, a Papua Nova Guiné pode ter dificuldade de melhorar sua posição política e conseguir bons acordos (THE MONTHLY, 2018). O embaixador do país na APEC, Ivan Pamaleu, afirmou que o desenvolvimento sustentável deve ser um dos principais pontos de discussões e que este desafio deve ser superado juntamente com os países menores das ilhas do Pacífico (POST-COURIER, 2018).

8.19. Peru

Em busca de maiores oportunidades de desenvolvimento, o Peru adota uma política externa que busca defender as posições multilaterais e as potencialidades nas relações bilaterais na esfera política-diplomática com os países da Ásia e Oceania, bem como nos fóruns econômicos do Pacífico (PERU, 2017). Em consonância a isso, o Peru foi uma das oito economias de 2010 em desenvolvimento que se voluntariaram para as Metas de Bogor. De acordo com um representante do Peru na APEC, Luis Quesada, o interesse "era mostrar nosso compromisso com a APEC e seus objetivos, e que a APEC tem sido uma ferramenta fundamental para

liberalizar nossos regimes de comércio e investimento" (APEC, 2010).

O Peru é um dos signatários da Parceria Trans-Pacífica (TPP), uma oportunidade para o país consolidar sua presença na reunião da Ásia-Pacífico através do acesso a novos mercados e a recursos de investimento, o que contribuirá para consolidação do setor exportador. Em relação ao TPP, o Peru tem o entendimento de que o livre comércio é importante para impulsionar o crescimento da economia, com oportunidade de inserção no mercado global (PERU, 2018).

8.20. Rússia

A Rússia compartilha a visão da importância de abordar questões de liberalização do comércio e investimento. Ao mesmo tempo, acredita que a agenda APEC pós-2020 deve refletir adequadamente as questões de crescimento seguro, sustentável, inovador e inclusivo. Estes princípios devem se tornar base para a formação da comunidade da APEC no futuro (RÚSSIA, 2017).

Todavia, a visão do governo russo é de que o Fórum da APEC se tornou um reflexo visível das guerras comerciais entre China e Estados Unidos, com grandes consequências para outros países orientados para exportação na região, o que demonstra contradições em relação ao futuro do comércio e da liberalização da economia. A Rússia se mostra como um observador das disputas em curso ⁵⁹(RÚSSIA, 2018).

A principal prioridade da Rússia no âmbito da agenda do FTAAP é envolver a União Econômica da Eurasiática (UEE) na implementação da Área de Livre Comércio da Ásia-Pacífico. O UEE, como um bloco de integração em evolução, com compromissos profundos que atendem a altos padrões internacionais, pode se tornar uma fonte de melhores práticas no campo de processos de integração profunda para toda a região da APEC (RÚSSIA, 2017).

8.21. Singapura

Singapura é um país insular no sudeste asiático com área total de 719 km². Apesar de seu reduzido território, na segunda metade do século XX, o país

⁵⁹ A chamada “guerra comercial” entre Estados Unidos e China diz respeito à imposição mútua de novas tarifas alfandegárias, de modo a impulsionar a economia no âmbito interno de cada nação envolvida (PRESTES, 2017).

vivenciou um considerável crescimento econômico baseado no desenvolvimento e exportação de tecnologias de ponta nas mais diversas áreas, de modo a apresentar altos índices de riqueza e desenvolvimento humano, e um ambiente favorável a investimentos. Devido a sua situação geográfica particular, o comércio internacional é essencial para a manutenção da economia da nação, tanto na exportação de seus produtos quanto na importação de matéria-prima e alimentos. Desse modo, esforços para a implementação de tratados econômicos vêm sendo recorrentes desde a década de 1990 (CIA, 2017).

Em conformidade com essa conjuntura, Singapura mantém uma positiva visão da APEC desde sua fundação (MFA, 2019), principalmente devido à importância de seus membros para as relações comerciais do país. Afinal, todos os oito maiores parceiros exportadores e os cinco maiores parceiros importadores fazem parte do bloco e representam, respectivamente, 63,8% e 47,9% do total de produtos comercializados⁶⁰ (CIA, 2017). Além disso, o governo de Singapura considera a organização como uma importante plataforma de promoção da cooperação e integração entre os países da região, apoio esse manifestado por meio dos investimentos singapurenses em países menores, como no Vietnã, dos tratados bilaterais existentes com diversos dos países membros, entre eles Estados Unidos e Nova Zelândia, e dos esforços constantes para a implementação de um mercado livre e aberto (STUBBS, 2002).

8.22. Taiwan

A República da China, conhecida comumente como Taiwan, desde sua criação, em 1949, manteve uma relação ambígua com a República Popular da China. Por um lado, as disputas políticas e diplomáticas que resultaram na separação marcaram a atuação de Taiwan na esfera internacional, de modo a levá-la a um nível de isolacionismo. Por outro, as relações econômicas entre os dois países se tornaram essenciais para o desenvolvimento de ambos. A China continental, por exemplo, é o principal destino de investimentos taiwaneses e se tornou, em 2006, o segundo maior parceiro de importações da ilha, ultrapassando

⁶⁰ China, Malásia, EUA, Japão, Coreia do Sul, Hong Kong, Indonésia e Tailândia

assim os Estados Unidos, histórico parceiro de Taipei (CIA, 2017). Dentro da APEC, tal ambiguidade não é diferente.

Membro desde 1991, Taiwan ainda sofre para exercer completamente seu direito como membro da organização devido às pressões chinesas, sendo que a inclusão do ministro taiwanês na reunião em Papua Nova Guiné foi questionada por autoridades de Pequim e garantida devido pressão japonesa e estadunidense em apoio à ilha (FOCUS TAIWAN, 2018). Ainda assim, as ações mútuas pela abertura comercial para o mercado digital, uma das atividades mais relevantes de Taipei, explicitam a dependência econômica entre ambos. No entanto, a atuação de Taiwan com o bloco não se resume apenas à questão com a China. Além dos parceiros supracitados, a ilha mantém relações positivas com vários dos países membros, tanto pelos tratados já estabelecidos com os países desenvolvidos, como Nova Zelândia e Singapura, quanto pelos investimentos feitos em países em desenvolvimento. Isso faz com que a participação taiwanesa no bloco seja ativa, marcada por ações conjuntas pela facilitação comercial de ativos tecnológicos na região e pela redução das diferenças econômicas e protecionismo desnecessários (TAIWAN TODAY, 2018).

8.23. Tailândia

O Reino da Tailândia pode ser considerado um dos cinco melhores países dentro da APEC para se investir, segundo a PricewaterhouseCoopers (PwC). O país apresentou crescimento significativo no PIB de aproximadamente 8,6% ao ano, entre os anos de 1986 e 1996 (WORLD BANK, 2018). Sua economia, baseada na industrialização e na prestação de serviços, apresenta considerável dependência do comércio internacional, sendo que as exportações, com enfoque em produtos eletrônicos, agrícolas e da indústria automobilística, representam dois terços do PIB total do país (CIA, 2017). Diante deste quadro, o ingresso em tratados e organizações internacionais de comércio são essenciais para o desenvolvimento tailandês.

Membro fundador da APEC, a Tailândia goza de boas relações com a maior parte de seus membros. Dentre seus principais parceiros comerciais, China, Japão

e Estados Unidos, que juntos representam 33,1% das exportações e 41,3% das importações, todos fazem parte da APEC, de modo que as ações país de incentivo ao livre mercado e ao regionalismo são frequentes (CIA, 2017). Outra preocupação tailandesa é o desenvolvimento do “crescimento verde”, aliando progresso econômico ao desenvolvimento sustentável, tema sobre o qual foram promovidos workshops por parte do reino (BANGKOK POST, 2017).

8.24. Vietnã

Após duas décadas de conflitos em seu território envolvendo atores externos, a República Socialista do Vietnã desenvolveu uma economia altamente centralizada, agrária e planejada, em que as relações econômicas e a produção eram controladas majoritariamente pelo Estado por meio de planos de desenvolvimento. A partir de 1986, se iniciou um projeto de abertura comercial do país. Desde então, o processo de industrialização, acúmulo de riqueza e a dinamização econômica elevaram o Vietnã a uma posição central dentre os países emergentes do Sudeste Asiático. Acompanhando tal trajetória, o crescimento da participação local no comércio internacional fez com que cada vez mais fossem necessários a assinatura de novos tratados com nações parceiras e o ingresso em órgãos voltados para a atividade. Por isso, no ano de 1998, o Vietnã se une à APEC, organização composta por seus maiores parceiros comerciais e investidores (CIA, 2017).

A partir dessa data, a relação com os membros da associação se tornou ainda mais essencial para a abertura da economia local e seu consequente desenvolvimento. Em 2016, por exemplo, 80% dos investimentos internacionais feitos no Vietnã tinham como origem parceiros do bloco (VIET NAM NEWS, 2018). Ademais, os quatro maiores parceiros de importação e exportação em 2017 faziam parte da APEC, somando, respectivamente, 49,4% e 59% do total de transações (CIA, 2017). Dessa forma, a atuação vietnamita na organização vem se tornando cada vez mais ativa, incluindo a participação em setenta iniciativas nos mais diversos campos de atuação, como comércio, investimentos, antiterrorismo e saúde, além de ter acolhido a reunião do bloco em 2017. Para a próxima reunião, o foco da nação reside na manutenção dessa cooperação, na adaptação do país ao processo

de globalização e no aumento de sua inserção internacional nos ciclos produtivos modernos (VIET NAM NEWS, 2018).

9. QUESTÕES PARA PONDERAÇÃO

9.1. Quais são as medidas que sua representação pretende tomar acerca dos tópicos a serem discutidos no comitê?

9.2. Como os grandes acordos de livre comércio podem beneficiar sua economia? E como podem beneficiar as economias dos membros da APEC?

9.3. Alinhados às Metas de Bogor, quais caminhos serão traçados para os anos 2019-2020 pelas economias da região Ásia-Pacífico?

9.4. Considerando que o TPP não foi assinado por todas as economias da APEC, quais serão as perspectivas e ações do fórum para a possível implementação de uma área de livre comércio?

9.5. Considerando os diferentes níveis de desenvolvimento econômico de cada país, como as economias da APEC estruturar-se-ão frente aos acordos regionais e disputas comerciais em curso?

REFERÊNCIAS

APEC BUSINESS ADVISORY COUNCIL. The 2019 Work Program. Disponível em: <<https://www2.abaonline.org/page-content/22610251/content>>. Acesso em 28 mar. 2019.

ASEAN BUSINESS ADVISORY COUNCIL. About ASEAN BAC. Disponível em: <<https://www.asean-bac.org/asean-bac>>. Acesso em 28 mar. 2019.

ASIAN DEVELOPMENT BANK. About ADB. Disponível em: <<https://www.adb.org/>>. Acesso em 28 de mar. 2019.

AGENCE FRANCE- PRESSE (AFP). Amid APEC discord, Brunei urges members to uphold openness multilateralism. 18 nov. 2018. Disponível em: <<https://thescoop.co/2018/11/18/amid-apec-discord-brunei-urges-members-to-uphold-openness-multilateralism/>> - Acesso em 22 fev. 2019.

ASIA-PACIFIC ECONOMIC COOPERATION (APEC). 10 coisas que o primeiro-ministro Mahathir disse na APEC. 2018. Disponível em: <https://www.apec.org/Press/Features/2018/1117_MY>. Acesso em: 21 fev. 2019.

_____. 2018 APEC Ministerial Meeting. 2018. Disponível em: <https://www.apec.org/Meeting-Papers/Annual-Ministerial-Meetings/2018/2018_amm>. Acesso em: 12 mar. 2019.

_____. A Coréia Contribui para o Fundo de Comércio e Integração Regional da APEC. Disponível em: <https://www.apec.org/Press/News-Releases/2017/0516_korea>. Acesso em: 25 fev. 2019.

_____. APEC 2018 Theme and Priorities. 2018. Disponível em: <http://mddb.apec.org/Documents/2018/MM/TMM/18_tmm10_019.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2019.

_____. As 10 economias que crescem mais rápido em 2017 (e nenhuma delas é a China). Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-40603081>>. Acesso em: 25 fev. 2019.

_____. Assessment of the Achievements of the Bogor Goals in 2018. 2018. Disponível em: <<https://www.apec.org/About-Us/About-APEC/Achievements-and-Benefits/2018-Bogor-Goals>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

_____. Australia caught in middle of China, US. 2018. Disponível em: <<https://www.sbs.com.au/news/apec-2018-australia-caught-in-middle-of-china-us>>. Acesso em: 19 fev. 2019.

_____. Leaders' Statement on 2010 Bogor Goals Assessment. 2010. Disponível em: <https://www.apec.org/Meeting-Papers/Leaders-Declarations/2010/2010_aelm/bogor-goals-assessment>. Acesso em: 12 mar. 2019.

_____. Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: <<https://www.apec.org/Groups/Other-Groups/Sustainable-Development>>. Acesso em: 31 dez. 2018.

_____. Declaração de Visão Econômica dos Líderes da APEC de 1993. 2018. Disponível em: <https://www.apec.org/Meeting-Papers/Leaders-Declarations/1993/1993_aelm> Acesso em: 31 dez. 2018.

_____. Intellectual Property Rights Experts Group. 2018. Disponível em: <<https://www.apec.org/Groups/Committee-on-Trade-and-Investment/Intellectual-Property-Rights-Experts-Group>>. Acesso em: 25 dez. 2018.

_____. Intellectual Property (IP) Valuation Manual: A Preliminary Guide (2018). Disponível em: <<https://www.apec.org/Publications/2018/04/IP-Valuation-Manual--A-Preliminary-Guide>> Acesso em: 28 dez. 2018.

_____. Notícias. 2018a. Disponível em: <https://www.apec.org/Press/News-Releases/2018/1214_ISOM> Acesso em: 02 jan. 2019.

_____. Comitê de Comércio e Investimento. 2018b. Disponível em: <<https://www.apec.org/Groups/Committee-on-Trade-and-Investment>>. Acesso em: 31 dez. 2018.

_____. Anexo B - Plano Estratégico da APEC para a Promoção do Desenvolvimento e Cooperação das Cadeias Globais de Valor. 2018c. Disponível em: <https://www.apec.org/Meeting-Papers/Leaders-Declarations/2014/2014_aelm/2014_aelm_annexb.aspx> Acesso em: 31 dez. 2018.

_____. About APEC. 2018. Disponível em: <<https://www.apec.org/About-Us/About-APEC>>. Acesso em 25 de outubro de 2018.

_____. About Us. How APEC Operates. 2018. Disponível em: <<https://www.apec.org/About-Us/How-APEC-Operates>>. Acesso em 25 de outubro de 2018.

_____. About Us. How APEC Operates. Scope of Work. 2018. Disponível em: <<https://www.apec.org/About-Us/How-APEC-Operates/Scope-of-Work>>. Acesso em 25 de outubro de 2018.

_____. About Us. How APEC Operates. Structure. 2018. Disponível em: <<https://www.apec.org/About-Us/How-APEC-Operates/Structure>>. Acesso em 25 de outubro de 2018.

_____. Glossary. 2018. Disponível em: <<https://www.apec.org/Glossary>>. Acesso em 25 de outubro de 2018.

_____. Protecting Intellectual Property for SMEs in APEC. 2017. Disponível em: <https://www.apec.org/Press/Features/2006/0401_Protecting_Intellectual_Property_for_SMEs_in_APEC>. Acesso em: 30 dez. 2018

_____. The Report on APEC's 2010 Economies' Progress Towards the Bogor Goals. 2010. Disponível em: <https://www.mofa.go.jp/policy/economy/apec/2010/docs/aelmdeclaration2010_e02.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2019.

APEC CHILE. The importance of APEC for Chile. 2019. Disponível em: <<https://www.apecchile2019.cl/apec/apec-chile/the-importance-apec-for-chile>>. Acesso em 20 fev. 2019.

ASSOCIATION OF SOUTHEAST ASIAN NATIONS (ASEAN). Disponível em: <<https://asean.org/asean/asean-chair/>>. Acesso em: 20 out. 2018.

_____. Regional Comprehensive Economic Partnership (RCEP). 2018. Disponível em: <https://asean.org/?static_post=rcep-regional-comprehensive-economic-partnership> Acesso em: 25 out. 2018.

_____. The ASEAN Free Trade Area (AFTA). 2018. Disponível em: <<https://asean.org/asean-economic-community/asean-free-trade-area-afta-council/>>. Acesso em: 25 out. 2018

_____. The ASEAN Free Trade area (AFTA): an update. 2016. Disponível em: <https://asean.org/?static_post=asean-free-trade-area-afta-an-update>. Acesso em: 26 out. 2018.

_____. History: The Founding of ASEAN. Disponível em: <<https://asean.org/asean/about-asean/history/>>. Acesso em: 20 out. 2018.

_____. Guiding Principles and Objectives for Negotiating the Regional Comprehensive Economic Partnership. 2013. Disponível em: <<https://asean.org/wp-content/uploads/2012/05/RCEP-Guiding-Principles-public-copy.pdf>> Acesso em: 25 out. 2018.

BANCO MUNDIAL. GDP Growth.. 2018. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?end=2000&locations=TH&name_desc=true&start=1980&view=chart>. Acesso em 8 de março de 2019

BBC NEWS BRASIL. O que é o TPP, o acordo econômico entre 11 países do qual Trump retirou EUA. 2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-38729570>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

BALASSA, B. *A Teoria da Integração Econômica*. 1st Ed. Routledge. 1962.

BASU DAS, S. Understanding The Regional Comprehensive Economic Partnership And The Trans- Pacific Partnership: An Asean Perspective. 2014. Disponível em: <<https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2014/01/11-asia-pacific-economic-integration-presentation-basu-das.pdf>> Acesso em: 26 out. 2018.

BECATI, B. E. R.; SILVA, S. W.; JÚNIOR, P. S. P.; PAIVA, L. R.; OLIVEIRA, G. F. Estados Unidos e o Acordo de Parceria Transpacífico: uma análise da dinâmica recente e possíveis implicações para o Brasil. 2017. Disponível em: <<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos17/4025183.pdf>>. Acesso em: 03 jan. 2019.

BERGSTEN, C. F. Open Regionalism. 1997. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/1467-9701.00088>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

BLADES, Johnny. Radionz. PNG to host APEC - but is it leaders before locals. 2018. Disponível em: <<https://www.radionz.co.nz/national/programmes/insight/audio/2018668458/png-to-host-apec-but-is-it-leaders-before-locals>>. Acesso em: 26 fev. 2019.

BELLUZZO, L.G.M; FRISCHTAK, C.R; LAPLANE, M. Produção de Commodities e Desenvolvimento Econômico. Campinas: UNICAMP. Instituto de Economia, 2014.

CANADÁ. Canada and the Asia-Pacific Economic Cooperation (APEC). 2019. Disponível em: https://international.gc.ca/world-monde/international_relations-internationales/apec/index.aspx?lang=eng. Acesso em 18 de fevereiro de 2019.

CANADIANS, COUNCIL OF THE CANADIANS. - TPP In Depth. 2015. Disponível em: <<http://canadians.org/tpp-info>>. Acesso em 15 de fevereiro de 2019.

CARDENAS, L. C.; BURANAKANITS, A. The Role of APEC in the Achievement of Regional Cooperation in Southeast Asia. *Annual Survey of International & Comparative Law*. v. 5, n. 1, Article 5. 1999. Disponível em: <<http://digitalcommons.law.ggu.edu/annlsurvey/vol5/iss1/5>>. Acesso em 26 de outubro de 2018.

CANOTILHO, Joaquim José Gomes. Estado de Direito. 2014, UFSC. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/32571-39731-1-PB.pdf>>. Acesso em: 09 mar. 19.

CARTA DA TERRA. Agenda 21. 2002. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/carta_terra.pdf> Acesso em: 24 fev. 2019.

CANUTO, O. A crise asiática e seus desdobramentos. *Econômica*. v. 2, n. 4, pp. 25-60, 2000.

CARNEIRO, F. L. Parceria Trans-pacífico: Um Acordo Megarregional na Fronteira Da Regulação do Comércio Internacional?. 2015. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4643/1/td_2108.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2019.

CASTRO, J. R. *O que é a Parceria Transpacífico e qual o peso da saída dos EUA*. 2017. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2017/01/23/O-que-%C3%A9-a-Parceria-Transpac%C3%ADfico-e-qual-o-peso-da-sa%C3%ADda-dos-EUA>>. Acesso em: 02 jan. 2019.

_____. O que esperar da trégua entre China e Estados Unidos. *Nexo Jornal*, _____, 2018. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2018/12/04/O-que-esperar-da-tr%C3%A9gua-entre-China-e-Estados-Unidos>>. Acesso em: 29 mar. 2019.

CHEONG, I. Negotiations for the Trans-Pacific Partnership Agreement: Evaluation and Implications for East Asian Regionalism. 2013. Disponível em: <<https://www.adb.org/sites/default/files/publication/156283/adbi-wp428.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2019.

CHASE, P.; HSIEH, P. L.; KERREMANS, B. What next after the US withdrawal from the TPP? What are the options for trade relations in the Pacific and what will be the impact on the EU?. 2017. Disponível em: <[http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2017/603857/EXPO_STU\(2017\)603857_EN.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2017/603857/EXPO_STU(2017)603857_EN.pdf)> Acesso em: 26 out. 2018.

COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. NAFTA's Economic Impact. 2018. Disponível em: <<https://www.cfr.org/backgrounder/naftas-economic-impact>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

CRISMUNDO, Kris. PH business sector urged to adopt APEC strategies. Disponível em: <<http://www.pna.gov.ph/articles/1026539>>. Acessado em: 25 fev. 2019.

DEPARTMENT OF FOREIGN AFFAIRS AND TRADE OF AUSTRALIA. Regional Comprehensive Economic Partnership (RCEP). 2017. Disponível em: <<https://dfat.gov.au/trade/agreements/negotiations/rcep/Pages/regional-comprehensive-economic-partnership.aspx>> Acesso em: 26 out. 2018.

DEVONSHIRE-ELLIS, C. Understanding ASEAN Free Trade Agreements. 2014. Disponível em: <<https://www.aseanbriefing.com/news/2014/02/13/understanding-aseans-free-trade-agreements.html>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

DIRECCIÓN GENERAL Y RELACIONES ECONÓMICAS INTERNACIONALES DE CHILE. Metas de Bogor. Disponível em: <<https://www.direcon.gob.cl/metas-de-bogor/>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

DREWS, A. Impact of Asia-Pacific Economic Cooperation (APEC) to the contemporary economy. *Working Papers 148/2015*. Institute of Economic Research. Revised Jun 2015. Disponível em: <<https://ideas.repec.org/p/pes/wpaper/2015no148.html>>. Acesso em: 26 out. de 2018.

EAST ASIA FORUM. Oportunidade para o Japão enquanto a APEC tropeça. 2018. Disponível em: <http://www.eastasiaforum.org/2018/11/28/opportunity-for-japan-as-apec-stumbles/> Acesso em: 21 fev. 2019.

EL COMÉRCIO PERU. _____. *APEC*: Presidente de Filipinas critica fuga de talentos de Asia. Disponível em: <<https://elcomercio.pe/mundo/duterte-critica-fuga-talentos-asia-foro-apec-noticia-video-472543>>. Acesso em: 25 fev. 2019
ELEK, A. Back to Canberra: Founding APEC. Disponível em: <<https://www.pecc.org/resources/regional-cooperation/601-back-to-canberra-founding-apec/file>>. Acesso em: 26 out. 2018.

EL PAÍS. EUA e China entram em guerra comercial de grande escala. 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/04/economia/1522862945_347778.html>. Acesso em: 19 mar. 2019.

FORBES MÉXICO. Mexico y APEC: Crecimiento con Cautela. 2018. Disponível em: <<https://www.forbes.com.mx/mexico-y-apec-crecimiento-con-cautela/>>. Acesso em: 21 fev. 2019.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). Cadeias Globais de Valor. *Centro de Estudos do Comércio Global e Investimentos*, v. 7. Disponível em: <<https://ccgi.fgv.br/pt-br/cadeias-globais-de-valor>> Acesso em: 28 fev. 2019.

GAVRAS, D. Com guerra comercial, exportação brasileira é a maior em cinco anos. Estadão, 2018. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral/com-guerra-comercial-exportacao-brasileira-e-a-maior-em-cinco-anos,70002611513>. Acesso em: 30 mar. 2018

com-guerra-comercial-exportacao-brasileira-e-a-maior-em-cinco-anos,70002611513

GLEESON, D.; LEXCHIN, J.; LOPERT, R.; KILIC, B. The Trans Pacific Partnership Agreement, intellectual property and medicines: Differential outcomes for developed and developing countries. *Global Social Policy*, v. 18, n. 1, pp. 7-27, 2008. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/1468018117734153> Acesso em: 27 dez. 2018.

GOH, Gillian. The 'ASEAN Way': Non-Intervention and ASEAN's Role in Conflict Management. *Stanford Journal of East Asian Affairs*, vol.3, no. 1.j. 2003.

GOVERNO DE BRUNEI DARUSSALAM; REP. DO CHILE; GOV. DA NOVA ZELÂNDIA; REP. DE SINGAPURA. Trans-pacific Strategic Economic Partnership. 2005. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20150514005708/http://www.mfat.govt.nz/downloads/trade-agreement/transpacific/main-agreement.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2019.

GUPTA, Rachana. APEC 2018: China's roles and expectations. 2018. Disponível em: http://www.china.org.cn/opinion/2018-11/14/content_72359149.htm. Acesso em: 20 fev. 2019.

HENRIQUES, Francisca. APECA unida contra a Coreia do Norte. Disponível em: <https://www.publico.pt/2006/11/19/jornal/apec-unida-contra-a-coreia-do-norte-108249#gs.BPcSfjKc>. Acesso em: 25 fev. 2019.

HOGAN, Finn. Newshub. NZ could be a 'bridge' between US and China. 2018. Disponível em: <https://www.newshub.co.nz/home/shows/2018/11/nz-could-be-a-bridge-between-us-and-china-david-parker.html>. Acesso em: 26 fev. 2019.

HONG KONG. APEC AND HONG KONG. Disponível em: https://www.tid.gov.hk/english/ito/apec/apec_hk.html. Acesso em: 25 fev. 2019.

HURRELL, A. O Ressurgimento do Regionalismo na Política Mundial. *Contexto Internacional*, v. 1, n. 17, 1995.

JANOW, M. E. Assessing APEC's Role in Economic Integration in the Asia-Pacific Region. *J. Int'l L. & Bus.* 17. (1996-1997). Disponível em: <https://scholarly>

commons.law.northwestern.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1461&context=njilb>. Acesso em: 26 out. 2018.

JAPAN TIMES. APEC adopts guidelines on infrastructure investment. 2018. Disponível em: <<https://www.japantimes.co.jp/news/2018/11/15/national/politics-diplomacy/apec-adopts-guidelines-infrastructure-investment/#.XHR-U2lv80N>>. Acesso em: 21 fev. 2019.

JEANNET, J.P.; HENESSEY, H.D. Global Marketing Strategies. 4th Edition Houghton Mifflin Company. Boston USA, 2001.

KELEGAMA, S. “Open Regionalism and APEC: Rhetoric and Reality.” *Economic and Political Weekly*, vol. 35, no. 51, 2000, pp. 4525–4533. Disponível em: <www.jstor.org/stable/4410085>. Acesso em: 25 mar. 2019.

KYLE, M.; MCGAHAN, A. Investments in pharmaceuticals before and after TRIPS. *The Review of Economics and Statistics*, v. 94, pp. 1157–1172, 2012.

KRIST, W. Negotiations or Trans-Pacific Partnership Agreement. Disponível em: <https://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/PAGE_TPP_REPORT.pdf> Acesso em: 26 dez. 2018.

LAPORTA, T.; GOMES, H. S. Entenda a ‘guerra comercial’ entre EUA e China e como ela pode afetar a economia mundial. G1, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/entenda-a-guerra-comercial-entre-eua-e-china-e-como-ela-pode-afetar-a-economia-mundial.ghtml>>. Acesso em: 19 mar. 2019.

LIMA, G. B.; CARVALHO, D. T. Joint-Venture Como Estratégia de Internacionalização de Empresas: Um Ensaio Teórico. *Revista de Negócios Internacionais*, 2013.

LIMA, U. M. O debate sobre o processo de desenvolvimento econômico da Coreia do Sul: uma linha alternativa de interpretação. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 3 (61), p. 585-631, dez. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v26n3/1982-3533-ecos-26-03-585.pdf>>. Acesso em: 07 mar. 2019.

MAGALHÃES, Niviane. Comércio mundial tem maior avanço desde a crise financeira de 2008. Estadão, 2018. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geralcomercio-mundial-tem-maior-avanco-desde-a-crise-financeira-de-2008,70002415094>>. Acesso em: 18 mar. 2019.

MAGNO, Bruno et al. CAMINHANDO ENTRE GIGANTES: A INSERÇÃO INTERNACIONAL DOS TIGRES ASIÁTICOS E DOS PAÍSES DA ASEAN. Revista InterAção, Porto Alegre, 2011.

MCKAY, J. APEC: Successes, Weaknesses, and Future Prospects. *Southeast Asian Affairs*, 42-53, 2002. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/27913200>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

MEDÉCINS SANS FRONTIÈRES (MSF). *Statement by MSF on the conclusion of TPP negotiations in Atlanta*. 2015. Disponível em: <<http://www.doctorswithoutborders.org/article/statement-msf-conclusion-tpp-negotiations-atlanta>> Acesso em: 21 mar. 2019.

MEDEIROS, C. Dinâmica da Integração Produtiva Asiática e os Desafios à Integração Produtiva no Mercosul. *Análise Econômica*, v. 29, n. 55, 2011.

MIRANDA, M. B.; MALUF, C. A. O Contrato de Joint Venture Como Instrumento Jurídico de Internacionalização das Empresas. Buscalegis-Biblioteca jurídica virtual, 2002.

NATHAN 2018. US-APEC Technical Assistance to Advance Regional Integration (US-ATAARI). Disponível em: <<https://www.nathaninc.com/us-apec-technical-assistance-to-advance-regional-integration-us-ataari/>>. Acesso em: 24 fev. 2019.

NATIONAL CENTER FOR APEC (NCAPEC). *Who we are*. 2018. Disponível em: <<http://ncapec.org/who-we-are/>>. Acessado em: 24 fev. 2019.

_____. United States of America Government. 2018. Disponível em: <<http://ncapec.org/our-history/>> Acesso em: 12 fev. 2019

NIGEL, S. et al. Administração da Produção. Edição compacta, 1ª Ed., 2006.

OFFICE OF THE UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE. *Asia Pacific Economic Cooperation (APEC)*. Disponível em: < <https://ustr.gov/issue-areas/trade-organizations/asia-pacific-economic-cooperation-apec>>. Acesso em: 25 fev. 2019.

_____. *Japan, Korea & APEC*. Disponível em: < <https://ustr.gov/countries-regions/japan-korea-apec>>. Acessado em: 25 fev. 2019.

_____. *KOREA: Opportunities for U.S. Exporters Under the U.S.-Korea Trade Agreement*. Disponível em: < <https://ustr.gov/countries-regions/japan-korea-apec/korea> >. Acesso em: 25 fev. 2019.

_____. *U.S. – APEC Trade Facts*. Disponível em: <<https://ustr.gov/trade-agreements/other-initiatives/asia-pacific-economic-cooperation-apec/us-apec-trade-facts>>. Acesso em: 25 fev. 2019.

_____. *U.S. China Trade Facts*. Disponível em: <<https://ustr.gov>

/countries-regions/china-mongolia-taiwan/peoples-republic-china>. Acesso em: 30 mar. 2019.

OLIVEIRA, H. Os Blocos Asiáticos e o Relacionamento Brasil-Ásia. *São Paulo em Perspectiva*, v. 16, n. 1, 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Report of the World Commission on Environment and Development - "Our Common Future"*, 1987. Disponível em: <<http://www.un.org/documents/ga/res/42/ares42-187.htm>> Acesso em: 25 fev. 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC). Article XXIV of the General Agreement on Tariffs and Trade (GATT 1947). 1994. Disponível em: <https://www.wto.org/english/tratop_e/region_e/region_art24_e.htm#ad> - Acesso em: 25 mar 2019.

_____. Chronological list of disputes cases. 2019. Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/dispu_status_e.htm Acesso em: 30 mar. 2019.

_____. Strong trade growth in 2018 rests on policy choices. 2018. Disponível em: <https://www.wto.org/english/news_e/pres18_e/pr820_e.htm> Acesso em: 18 mar. 2019.

OSTRANDER, Gilman M. The Making of the Triangular Trade Myth. *The William and Mary Quarterly*. Vol. 30, No. 4, pp. 635-644, 1973.

PALMEDO, M. Do pharmaceutical firms invest more heavily in countries with data exclusivity? *Currents International Trade Law Journal*. v. 21, pp. 38-47, 2013.

PARK, W. Intellectual property rights and international innovation. In: MASCUS, K. (Ed.) *Frontiers of Economics and Globalisation*. Amsterdam: Elsevier, 2007.

PERU. Acuerdos Comerciales del Perú. Beneficios del TPP. 2018. Disponível em <http://www.acuerdoscomerciales.gob.pe/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=190&Itemid=209>. Acesso em: 26 fev. 2019.

_____. Ministerio de Relaciones Exteriores. Dirección General de Asia y Oceanía. 2018. Disponível em: <<http://www.rree.gob.pe/SitePages/asiaoceania.aspx>>. Acesso em: 26 fev. 2019.

PETRI, P. A.; MICHEL, P. Brookings. The case for RCEP as Asia's next trade agreement. 2018. Disponível em: <<https://www.brookings.edu/blog/order-from-chaos/2018>>

/11/06/the-case-for-rcep-as-asias-next-trade-agreement/>. Acesso em: 31 mar. 2019.

POLITIZE. Briga de gigantes: as relações entre EUA e China. 2018. Disponível em: <https://www.politize.com.br/eua-e-china-guerra-comercial/> Acesso em: 30 mar. 2019.

POST-COURIER. *Climate Change to Take Priority at APEC Leaders Summit 2018*. 2018. Disponível em: <<https://postcourier.com.pg/climate-change-take-priority-apec-leaders-summit-2018/>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

PREDEBON, E. A; BULGACOV, S. Processos de Integração Regional: O caso Weg. 2011. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/3Es149.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

PRESTES, E. G. Desenvolvimento desigual no mundo: As Convergências entre Brasil e China ao longo dos anos 2000. UFSC, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/183239/349359.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 25 fev. 2019

RADIONZ. Nz details how aid to png for apec is being spent. 2018. Disponível em: <<http://https://www.radionz.co.nz/international/pacific-news/369696/nz-details-how-aid-to-png-for-apec-is-being-spent>>. Acesso em: 26 fev. 2019.

REDE BRASILEIRA DE CENTROS INTERNACIONAIS DE NEGÓCIOS. *Barreiras Comerciais*. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/bucket-gw-cni-static-cms-si/portaldaindustria/noticias/media/filer_public/35/d3/35d36f40-ed14-415c-9492-4069a540b4dd/barreiras_comerciais.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2019.

REVISTA VALOR. *China e Coreia do Sul discutem laços bilaterais e Península Coreana*. 2018. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/internacional/5987029/china-e-coreia-do-sul-discutem-lacos-bilaterais-e-peninsula-coreana>>. Acesso em: 25 fev. 2019.

REIS, T. *Entenda Como Funciona O Acordo De Associação Transpacífico (TPP)*. 2018. Disponível em: <<https://www.sunoresearch.com.br/artigos/transpacifico/>>. Acesso em: 04 jan. 2019.

RICHARD, Y. Integração regional, regionalização, regionalismo: as palavras e as coisas. *Confins*, 2014. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/confins/8939>>

RUA, Maria das Graças; ROMANINI, Roberta. Para aprender políticas públicas - Unidade IX - A implementação das políticas públicas. Instituto de Gestão, Economia e Políticas Públicas (IGEPP). 2013

RUSTANDI, C. A. The South China Sea Dispute: Opportunities for ASEAN to enhance its policies in order to achieve resolution. *Australian Defense College: Centre For Defense And Strategic Studies*, 2016. Disponível em: <http://www.defence.gov.au/ADC/Publications/IndoPac/Rustandi_IPSP.pdf>. Acesso em: 24 out. 2018.

RUSSIAN APEC STUDY CENTER. Russia in APEC. 2017. Disponível em: <Russia in APEC. 2018 <http://apec-center.ru/en/russia-in-apec/>>. Acesso em: 26 fev. 2019.

RUSSIAN INTERNATIONAL AFFAIRS COUNCIL (RIAC). ASEAN, EAS and APEC: What Russia Achieved in 2018. 2018. Disponível em <<http://russiancouncil.ru/en/analytics-and-comments/analytics/asean-eas-and-apec-what-russia-achieved-in-2018/>>. Acesso em: 26 fev. 2019.

SANTOS, E. L. *et al.* Desenvolvimento: Um Conceito Multidimensional. *Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado*, v. 2, n. 1, 2012.

SINGAPURA. APEC. 2017. Disponível em: <https://www.mfa.gov.sg/content/mfa/international_organisation_initiatives/apec.printable.html>. Acesso em: 12 mar. 2019.

SCHMITTER, P. A Experiência da Integração Europeia e seu Potencial para a Integração Regional. *Lua Nova*, São Paulo, v. 80, 2010.

SBS NEWS. *Australia focuses on Pacific after APEC meeting ends in disagreement*. 2018. Disponível em: <https://www.sbs.com.au/news/australia-focuses-on-pacific-after-apec-meeting-ends-in-disagreement>. Acessado em: 19 fev. 2019.

SONEYE, B. *The Concept of Organization (Formal and Informal) – A Review of Some Theories of Organizations and Human Behaviour*. 2014. Disponível em: <http://www.academia.edu/9264696/THE_CONCEPT_OF_ORGANIZATION_FORMAL_AND_INFORMAL_A_REVIEW_OF_SOME_THEORIES_OF_ORGANIZATIONS_AND_HUMAN_BEHAVIOUR>. Acesso em: 12 mar. 2019.

STUBBS, R. ASEAN Plus Three: Emerging East Asian Regionalism? Asian Survey. pp. 440-455. *University of California Press*. 2002. Disponível em: <<http://www.olemiss.edu/courses/pol337/stubbs02.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

THE BALANCE. *Trade Wars and How They Affect You*. 2019. Disponível em: <<https://www.thebalance.com/trade-wars-definition-how-it-affects-you-4159973>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

THE GUARDIAN. *Líderes da Apec em desacordo com a globalização e o livre comércio*. 2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2018/nov/17/apec-leaders-at-odds-over-globalisation-and-free-trade> Acesso em: 21 fev. 2019.

THE JAKARTA POST. *Indonésia recebe iniciativa da APEC em inclusão digital, economia digital*. 2018. Disponível em: <<https://www.thejakartapost.com/news/2018/0529/indonesia-welcomes-apec-initiative-in-inclusivity-digital-economy.html>>. Acesso em: 19 fev. 2019.

TISDALL, S. Despite Apec drama, China is winning the fight for the Pacific, step by patient step. The Guardian, 2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2018/nov/20/despite-apec-drama-china-is-winning-the-fight-for-the-pacific-step-by-patient-step> Acesso em: 30 mar. 2019.

THORSTENSEN, V. H.; NOGUEIRA, T. R. *O Tratado da Parceria Transpacífico (TPP): impactos do novo marco regulatório para o Brasil*. 2017. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/18709>>. Acesso em: 02 jan. 2019.

THORSTENSEN, V.H et al. ACORDOS PREFERENCIAIS DE COMÉRCIO: da multiplicação de novas regras aos mega-acordos comerciais. 2014. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16371/Regras-APCs%20e%20Megas-23.05.14.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2019.

United Nations Economic and Social Commission for Asia (UNESCAP). *Free Trade Zone and Port Hinterland Development*. New York. 2015. Disponível em: <https://www.unescap.org/sites/default/files/pub_2377_ch2.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2019.

UOL - Portal de Notícias. *Presidente das Filipinas inaugura 23ª cúpula da Apec*. 2015. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2015/11/18/presidente-das-filipinas-inaugura-23-cupula-da-apec.htm>>. Acesso em: 25 fev. 2019.

VIEIRA, E.C apud. HORN; MAVROIDS; SAPIR. O Regionalismo durante a Rodada Doha. 2016. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/115534949-Surgimento-inovacoes-e-perspectivas.html>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

VOA NEWS. *Líderes da Coreia do Sul e China vão se reunir nas linhas de frente da APEC*. 2017. Disponível em: <<https://www.voanews.com/a/presidents-south-korea-china-apec-summit/4093592.html>>. Acesso em: 25 fev. 2019.

VOLODZKO, D. *The Trade War With China and the Problem with Intellectual Property Rights*. 2018. Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/davidvolodzko/2018/11/11/the-trade-war-with-china-and-the-problem-with-intellectual-property-rights/amp/>> Acesso em: 31 dez. 2018.

WANING, B.; KAPLAN, W.; KING, A. C. Global strategies to reduce the price of antiretroviral medicines: evidence from transactional databases. *Bulletin of the World Health Organization*, v. 87, pp. 520–528, 2009.

XINHUA. China e Brunei elevam laços a parceria cooperativa estratégica. 2018. Disponível em: <http://portuguese.xinhuanet.com/2018-11/19/c_137618004_2.htm>. Acesso em 23 fev 2019.

_____. México reitera respaldo a multilateralismo en foro APEC. 2018. Disponível em: <http://spanish.xinhuanet.com/2018-11/19/c_137615908.htm>. Acesso em: 21 fev. 2019.

_____. Chile busca fortalecer a APEC como principal fórum de livre comércio da Ásia-Pacífico. 2019. Disponível em: <http://portuguese.xinhuanet.com/2019-01/26/c_137776529.htm>. Acesso em 20 fev. 2019.